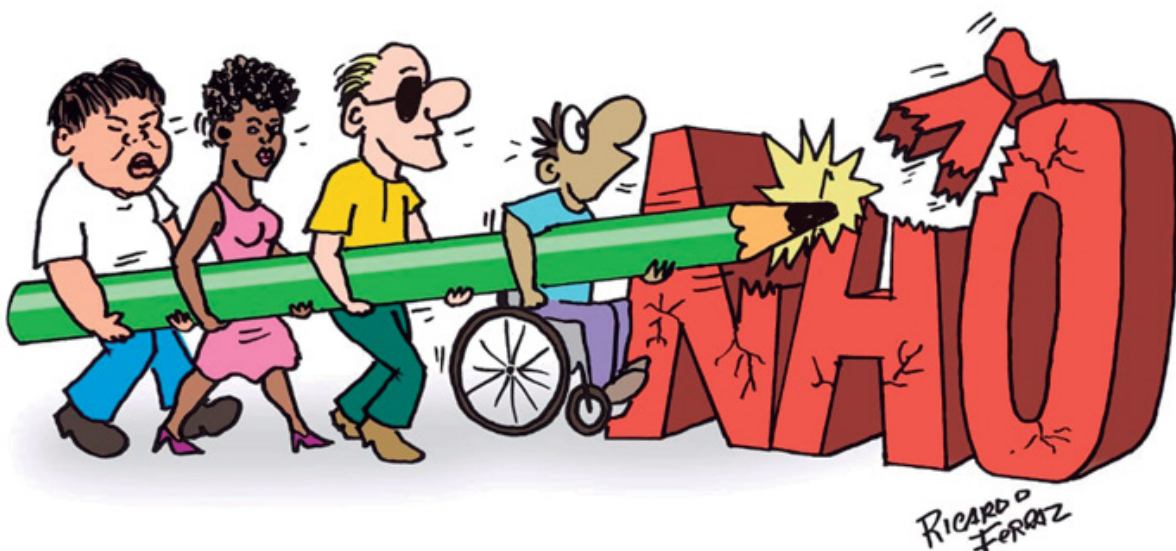


A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO ESPAÇO DE DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Rosimeire Maria Orlando
Clarissa Galvão Bengtson (orgs.)

É TEMPO DE DESCONSTRUIR PRÉ-CONCEITOS
E CONSTRUIR UMA SOCIEDADE INCLUSIVA!



DE CASTRO



EDESP-UFSCar

A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO ESPAÇO DE DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Rosimeire Maria Orlando
Clarissa Galvão Bengtson (orgs.)

A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO ESPAÇO DE DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

EDESP-UFSCar

2023

Copyright © 2023 dos autores.

Editora De Castro

Editor: Carlos Henrique C. Gonçalves

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Prof. Dr. Antenor Antonio Gonçalves Filho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Universidade Federal de Goiás – UFG

Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Profª Drª Cláudia Starling Bosco

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG / FaE

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr. Fernando de Brito Alves

Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira

Universidade Federal do Pará – UFPA

Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Hugo Leonardo Pereira Rufino

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus

Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Profª Drª Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais,

Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Profª Drª Jucelia Linhares Granemann

Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS

Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Dr. Lucas Farinelli Pantaleão

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profª Drª Luciana Salazar Sagado

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar / LABEPPE

Prof. Dr. Luis Carlos Paschoarelli

Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faec

Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profª Drª Marcia Machado de Lima

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Marcio Augusto Tamashiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof. Dr. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Mauro Machado Vieira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Osvaldo Copertino Duarte

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Profª Drª Zulma Viviana Lenarduzzi

Facultad de Ciencias de la Educación – UNER, Argentina

EDESP – Editora de Educação e

Acessibilidade da UFSCar

Diretor: Nassim Chamel Elias

Editores Executivos

Adriana Garcia Gonçalves, Clarissa Bengtson, Douglas

Pino e Rosimeire Maria Orlando

Conselho Editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thátiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedrosa (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidade de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Apoio

Esta publicação foi financiada com o apoio da:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – CAPES/PROEX n° do Processo: 23038.006212/2019-97.

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Ilustrações: Ricardo Ferraz (<https://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/>)

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT):

Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecário: Priscilla Pena Machado CRB-7/6971

E74 A educação superior como espaço de direito da pessoa com deficiência [recurso eletrônico] / Rosimeire Maria Orlando e Clarissa Galvão Bengtson. — 1. ed. — São Carlos : De Castro : EDESP-UFSCAR, 2023.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81609-80-1

1. Educação especial – Brasil. 2. Pessoas com deficiência – Educação (Superior). 3. Prática de ensino. 4. Ensino superior e Estado. I. Orlando, Rosimeire Maria. II. Bengtson, Clarissa Galvão. III. Título.

CDD23: 371.91

DOI: 10.46383/isbn.978-65-81609-80-1

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n° 9.610/1998).

Editora De Castro

contato@editoradecastro.com.br

editoradecastro.com.br

EDESP – Editora de Educação e

Acessibilidade da UFSCar

www.edesp.ufscar.br



AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), por oferecer condições para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

1

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: ANÁLISE DOCUMENTAL DA ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FRENTE A PANDEMIA DA COVID-19

- Luiz Henrique Teixeira da Silva; Alessandra Daniele Messali Picharillo;
Lucas de Moraes Negri 15

2

CONDIÇÕES DE TRABALHO DE DOCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: REVISÃO SISTEMÁTICA

- Josana Carla Gomes da Silva; Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira 25

3

EDUCAÇÃO SUPERIOR E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REVISÃO DE LITERATURA E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA

- Millena Schmidt; Josivan João Monteiro Raiol;
Mara Cristina Lopes Silva Araújo 39

4

PRÁTICA PEDAGÓGICA E ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

- Caroline Messias Santana; Talita Silva Perussi Vasconcellos;
Samara Cristina Ferreira da Costa 55

5

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

- Elydia Carla Cruz; Alyne Cristine Domene Martins de Lima;
Tiarles Mirlei Piaia 71

6

ACESSIBILIDADE EM SITES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

- Ana Paula Aoki Gandur Khaled; Rosimeire Maria Orlando 83

ÍNDICE REMISSIVO 95

AUTORES 97



PREFÁCIO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Esse direito máximo é o ponto nevrálgico para a formulação dos demais artigos da nossa Constituição-Cidadã, sendo o Art. 205 aquele que trata da Educação, a saber: “À educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Essa busca por igualdade sem distinção de qualquer natureza gerou a formulação de inúmeros mecanismos legais direcionados à garantia de direitos às pessoas com deficiência. Um dos mais recentes é a Lei 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura e promove, “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Art. 1º). E, para a educação superior, a presente Lei institui, em seu Art. 28, inciso XIII, que o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica” se dará “em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”.

É com esse viés de garantir os direitos legais às pessoas com deficiência que este livro aborda temas importantes para o cenário atual da nossa educação superior. No primeiro capítulo, “Legislação educacional brasileira: análise documental da atuação do governo federal e do ministério da educação frente à pandemia da covid-19”, de autoria de Luiz Henrique Teixeira da Silva, Alessandra Daniele Messali Picharillo e Lucas de Moraes Negri, a reflexão recai sobre as reais condições das pessoas com deficiência e a legislação formulada durante o período pandêmico (2020-2021). Como resultado, os autores concluíram que a legislação proposta mostrou-se ineficaz, cujo resultado foi o aumento da exclusão de estudantes do sistema educacional, mormente o público-alvo da Educação Especial.

Na sequência, temos o capítulo “Condições de trabalho de docentes com deficiência no ensino superior: revisão sistemática”, de autoria de Jossana Carla Gomes da Silva e Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira, que utilizam o método de revisão sistemática para analisar as condições de trabalho de docentes com deficiência no ensino superior brasileiro. Suas conclusões apontam para o fato dos docentes com deficiência, apesar de

estarem ganhando espaço nas instituições de ensino superior, ainda carecem de condições melhores de trabalho.

Enquanto o primeiro capítulo tratou da legislação e o segundo das condições de trabalho dos docentes com deficiência, o terceiro vai refletir sobre “Educação superior e pessoa com deficiência: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa”. Os autores, Millena Schmidt, Josivan João Monteiro Raiol e Mara Cristina Lopes Silva Araújo, objetivaram analisar produções científicas nacionais, cuja temática é a educação superior e a pessoa com deficiência. O recorte analisado (2010-2020), advindo do Portal de Periódicos Capes e do SciELO, permitiu identificar problemas no acesso e na permanência de pessoas com deficiência na educação superior, além da distribuição desigual de universidades pelo território brasileiro e de debates que ocorrem segundo determinado contexto político e social.

Caminhando para o quarto capítulo, “Prática pedagógica e estudantes com deficiência na educação superior brasileira: revisão bibliográfica”, de autoria de Caroline Messias Santana, Talita Silva Perussi Vasconcellos e Samara Cristina Ferreira da Costa, temos uma constatação imprescindível para se pensar a melhoria da educação superior. Nas palavras dos autores: “As pesquisas indicam que a prática pedagógica dos professores é um aspecto fundamental para garantia de direito à escolarização dos alunos com deficiência na educação superior brasileira, entretanto, salientam que os docentes universitários, em sua maioria, não possuem formação continuada para atuar com estes discentes, não são capazes de identificar as suas especificidades individuais, não buscam materiais e recursos para adaptar as suas aulas e são insensíveis quanto à dificuldade e à condição de deficiência dos estudantes”.

No quinto capítulo, “Estudantes com deficiência em instituições de educação superior brasileiras e ações afirmativas: uma revisão da literatura”, de autoria de Elydia Carla Cruz, Alyne Cristine Domene Martins de Lima e Tiarles Mirlei Piaia, apresenta-se um dado fundamental para alargar o espaço de direito da pessoa com deficiência no ensino superior, qual seja, “as pesquisas mostram que as ações de acessibilidade, quando realizadas dentro das instituições, contribuem para a diminuição das barreiras enfrentadas por esse público”. Porém, os autores destacam que entre o período de 2007 e 2018 é possível averiguar uma baixa produtividade de pesquisas que versam sobre a temática *estudantes com deficiência e ações afirmativas em instituições de ensino superior*.

Por fim, no último capítulo, “Acessibilidade em sites de universidades federais brasileiras”, Ana Paula Aoki Gandur Khaled e Rosimeire Maria Orlando levantam a seguinte questão: “Existem recursos acessíveis em sites de universidades federais brasileiras?”. E buscam responder ao

objetivo de investigar a presença de recursos acessíveis em sites de Universidades Federais brasileiras, no período de 2017, indicando que, no período investigado, os sites já apresentavam em sua configuração elementos de acessibilidade, contudo, sendo insuficientes para total autonomia e inclusão digital do público estudado. Reforçam que as aplicações no campo digital vêm aumentando, porém, nota-se que a preocupação em tornar portais acessíveis às pessoas com deficiência é, na maioria das vezes, deixada em segundo plano. Tal observação é vista não apenas no ambiente Web, mas no paradigma social em geral. Esse caminha, mesmo que lentamente, para a inclusão do público-alvo da Educação Especial, de forma a tornar digno os direitos de acessibilidade.

Nesse sentido, portanto, de contribuir para ações que levem adiante o que está prescrito em nossa Constituição, é que este livro foi idealizado. E sua concretização não seria possível sem o apoio do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs-UFSCar) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

As organizadoras

1

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: ANÁLISE DOCUMENTAL DA ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Luiz Henrique Teixeira da Silva

Alessandra Daniele Messali Picharillo

Lucas de Moraes Negri



Segundo a Organização Mundial da Saúde, até meados de 2021, houve três milhões de mortes em decorrência de complicações do vírus Sars-Cov 2, um dos tipos de coronavírus. Desde os primeiros casos registrados em dezembro de 2020 na cidade de Wuhan, China, foram tomadas medidas de distanciamento e isolamento social de acordo com o avanço do que se tornou o período pandêmico mais significativo dos últimos 20 anos. Já no Brasil, em 15 de junho de 2021, registraram-se 490.696 óbitos acumulados, em decorrência do vírus (BRASIL, 2020).

De maneira um pouco diferente do que se viu no mundo, o Brasil registrou seu primeiro quadro de infecção após quatro meses de Wuhan, em março de 2020 (UNA-SUS), contudo, medidas de isolamento oficiais só foram imputadas pelo governo federal em 11 de março do mesmo ano (CCOP/Casa Civil, 2020). Diversas esferas sociais passaram por rígidas mudanças na maior parte do mundo, e, no recorte da Educação, vimos semelhanças entre diversos países na busca por segurança sanitária adequada, entre as medidas temos o ensino remoto como a mais disseminada. Neste ponto é importante esclarecer as diferenças entre Educação a Distância (EaD) e o tipo de ensino que foi adotado, como será apresentado a seguir.

Para Saviani (2020) as modalidades de EaD e Ensino Remoto Emergencial (ERE) são marcadas por diferenças expressivas em suas especificações. Entre estas o próprio planejamento, enquanto a primeira foi idealizada para ser realizada a distância, podendo apresentar momentos de avaliações presenciais, o ERE se constitui de forma aligeirada, mantendo o mesmo currículo e avaliações pensados para o presencial, mas agora ofertados remotamente. Ou seja, um planejamento que foi prevista a execução em sala de aula presencialmente sofreu adaptações questionáveis para ser ofertado em salas *on-line*.

O autor ainda destaca outra problematização, por não ter sido devidamente planejada, a modalidade ERE não garantiu condições de formação tecnológica aos docentes, sequer assegurou que todos os docentes e alunos teriam acesso à internet que suportasse as aulas remotas. Essa situação pode ter causado diversos entraves no processo de ensino-aprendizagem, colocando em risco todo o processo educacional (Saviani, 2020).

Também vimos as paralisias em diversas economias mundiais juntamente com o assistencialismo social que se tornou um debate importante para a continuidade da sobrevivência de milhões de pessoas durante a crise financeira unida à pandemia. Neste âmbito, apoios às pessoas em situação de vulnerabilidade foram postos e perduraram, pelo menos, até o fim de 2020.

A partir desse contexto, analisou-se a relação das legislações do escopo educacional, do período de março de 2020 a meados de 2021, e como refletiram na escolarização de pessoas com deficiência no Brasil.

No âmbito educacional, Saviani complementa: “faz-se necessário esse apoio aos alunos; que estão em período de ensino remoto, para que tenham acesso aos recursos, por exemplo, de informática, necessários para a consolidação desta modalidade escolhida durante a pandemia de covid-19”. É evidente que:

A educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Nesse sentido, a educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, se converte num fator de marginalização já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção de marginalidade cultural e, especificamente, escolar (Saviani, 2013, p. 8).

Assim sendo, a classe vulnerável estará submetida aos interesses da classe dominante, impedindo que a educação se volte para o auxílio da construção do cidadão pleno e crítico. Cabe destacar que, segundo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, 2020), os números mostram a realidade desfavorável da maioria da população, sendo que 4,5 milhões de brasileiros não têm acesso à internet banda larga, e, ainda desses, 38% dos domicílios não têm conexão e 58% não dispõem de computadores. Esses dados reforçam a condição de submissão aos interesses dominantes.

Findado na atual estrutura social, a classe dominante sujeita a classe dominada à marginalidade escolar e cultural, realizando a manutenção da desigualdade, desinformação e marginalização como fatores primordiais para a continuidade desta estrutura como está posta.

As relações do contexto pandêmico atual, elencando a relação entre legislação educacional, revelam como foi o enfrentamento desse período, principalmente para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade no escopo da escolarização.

Diante desta realidade, este texto teve como objetivo mapear e analisar a legislação educacional produzida pelo governo federal brasileiro e a interface da escolarização de pessoas com deficiência em tempos de pandemia da covid-19. Buscou analisar as propostas legislativas para escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial.

Fez-se necessário a análise dos dados publicados pelo Ministério da Educação (MEC), órgão da administração federal direta e que tem como área de competência os seguintes assuntos: a política nacional de educação, da educação infantil, a educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e a educação a distância; a

avaliação, informação e pesquisa educacional; a pesquisa e extensão universitária; o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. Para o cumprimento dessas competências, o MEC pode estabelecer parcerias com instituições civis e militares que apresentam experiências exitosas em educação. O site foi acessado no período entre os meses de agosto de 2021 e julho de 2022 e está disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>.

Com base em Akobeng (2005), para coleta de dados é importante a eleição das palavras-chave para a busca, assim como para o armazenamento dos resultados. Inicialmente, foi feita uma busca nos portais *on-line* do MEC considerando as palavras-chave: Educação Especial; Pessoas com deficiência; Escolarização; Pandemia.

Visando garantir a fidedignidade da seleção, a busca foi realizada independentemente. Foram lidos e selecionados somente textos disponíveis na íntegra em Português que estavam relacionados à temática. Foram filtradas as publicações com os demarcadores supracitados, marcando as datas entre primeiro de março de 2020 (início) e 31 de maio de 2021 (fim). As publicações foram lidas na íntegra e depois organizadas e armazenadas em tabelas.

Para as publicações no MEC, foi utilizado o modelo de análise política proposto por Bowe e Ball (1992), elencando dois, dos cinco contextos propostos pelos autores, são eles:

- a) contexto de influência: onde a elaboração da política pública normalmente tem início e onde os discursos políticos são construídos. É aqui que as partes interessadas disputam a definição e propósitos sociais da educação. Envolve grupos que influenciam o governo, mas não são eles que determinam diretamente a política (Bowe; Ball, 1992, p. 19-20);
- b) contexto da produção de textos: incluem documentos oficiais que “representam” a política, a narrativa que lhe dá suporte; textos políticos são normalmente articulados à linguagem do público em geral. Sua narrativa caracteriza-se pelo populismo, senso comum e apelo à razão política. Cumpre lembrar que os textos representam a política, mas não são a política. Essa representação pode adquirir várias formas: textos oficiais e documentos políticos. Estes textos serão lidos, interpretados, por vezes mal interpretados, compreendidos ou não, e reinterpretados. “Embora desejem, os autores não podem ter controle sobre os significados que serão atribuídos aos seus textos. Parte dos textos pode ser rejeitada, excluída, ignorada, deliberadamente mal entendida.” (Bowe; Ball, 1992, p. 22).

As publicações foram lidas na íntegra e a organização dos dados foi disposta em tabelas com: data da publicação, edição, seção, página e número do decreto ou lei. Posteriormente os resultados foram separados em eixo norteador deste trabalho, ou seja, produção legislativa brasileira sobre a escolarização de pessoas com deficiência em tempos de distanciamento social.

Legislação e Educação no Brasil

A seguir, o Quadro 1 apresenta algumas das principais medidas legais tomadas pela esfera federal responsável pela Educação brasileira durante a pandemia, também com o recorte temporal de março de 2020 a meados de 2021.

Quadro 1 - Publicações relacionadas à Educação e Educação Especial:
mar./2020 a maio/2021

Número do Decreto/Lei/Parecer/ Medida	Data de Publicação	Edição	Seção	Página
Medida 934	01/04/2020	63-A	1	1
Parecer 05/2020	28/04/2020	1	1	32
Parecer 11/2020	07/07/2020	1	1	4
Lei 14040	18/08/2020	159	1	4

Fonte: produção própria.

Com base no Quadro 1, foram verificadas três principais resultados em relação à legislação que trata do âmbito da Educação brasileira durante o enfrentamento da pandemia.

A Medida Provisória 934 de 01-04-2020, estabelece a dispensa de cumprir 200 dias letivos previstos em lei, mas permanece com a exigência de carga horária mínima de 800 horas anuais, no ensino de educação básica e superior (o qual possui a própria formulação de carga horária mínima), em caráter excepcional, devido à situação de calamidade pública decretada pela Lei 13.979/2020.

O parecer técnico do Ministério da Educação 5 de 28-04-2020, dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e sugestões sobre a aplicabilidade das práticas pedagógicas concomitantes ao período de atividades não presenciais nas instituições de ensino.

O documento traz ainda:

“[...] a Nota de Esclarecimento do CNE indicou possibilidades da utilização da modalidade Educação a Distância (EaD) [...] como medida emergencial de ensino e descreve a possibilidade de ser utilizado de diversas modalidades como na utilização da

internet, rádio e televisão ou encomenda. Entretanto, como já discutido, a modalidade oferecida difere em diversos aspectos, que concernem a planejamento e execução, em relação à EaD, colocando o processo educacional em risco” (Saviani, 2020).

Já o parecer 11/2020, também do MEC, trata das atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia; apoiando a retomada de atividades presenciais nas escolas e instituições de ensino; oferta diretrizes sobre a reorganização do calendário e protocolos de segurança sanitária.

Com base no parecer técnico 11/2020, a Lei 14.040, de 18-08-2020, estabelece normas educacionais a serem adotadas em caráter excepcional durante o período de pandemia; dispõe ainda sobre a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária mínima na educação básica, sobre as atividades não presenciais que poderiam ser realizadas e o manutenção do fomento de assistência aos alunos que estivessem matriculados na educação básica ou ensino superior.

As legislações educacionais produzidas durante o período de pandemia, não obstante das de assistência social, também vieram meses depois da anúncio do vírus Sars-Cov 2 (e sua potente mortalidade). Neste eixo pretendeu-se analisar, para além dos textos legais, sobretudo o contexto de escolarização mediante às já ditas situações econômicas do país e de enfrentamento à pandemia proveniente do governo federal brasileiro.

De acordo com Jefferson Mainardes (*apud* Bowe; Ball, p.49, 1992).

Caracterizar o processo político, introduzindo a noção de um ciclo contínuo constituído por três facetas ou arenas políticas: a política proposta, a política de fato e a política em uso. A primeira faceta, a “política proposta”, referia-se à política oficial, relacionada com as intenções não somente do governo e de seus assessores, departamentos educacionais e burocratas encarregados de “implementar” políticas, mas também intenções das escolas, autoridades locais e outras arenas onde as políticas emergem. A “política de fato” constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Por último, a “política em uso” referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática.

A situação de escolarização no Brasil já vinha em crescente empecimento; como se pôde ver nos indicadores educacionais de 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o principal indicador de

qualidade da educação brasileira, que registrou que o país teve média 4,2 estando ainda distante da meta de 5.

Ministério da Educação: período de 2019 a 2022.

O governo federal e seu gabinete não demonstraram preparo para conduzir a educação e escolarização brasileira, mesmo antes da pandemia, esta afirmação está embasada, principalmente, no fato da alternância de ministros da Educação desde 2019 e como isso afetou um trabalho de continuidade, seriedade e efetividade. Abaixo, inseriu-se um quadro que dará base para essa análise, os dados foram selecionados do site do MEC, na aba “galeria de ministros”, foram acessados em 07 de agosto de 2022 e estão disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros>

Quadro 2 - Ministros da Educação de jan./2019 a ago./2022

Nome	Período	Currículo
Ricardo Vélez Rodríguez	01/01/2019 a 09/04/2019	Bacharel em Humanidades, Filósofo, Teólogo e Professor.
Abraham Weintraub	09/04/2019 a 19/06/2020	Economista e Professor.
Milton Ribeiro	16/07/2020 a 28/03/2022	Teólogo, Bacharel em Direito e Professor.

Fonte: produção própria.

Primeiramente é importante salientar que os dados foram selecionados do site oficial do MEC, uma vez que o objetivo desta pesquisa é ter fidedignidade ao que se analisa e descreve; entretanto, é possível perceber que, na coluna “período” do Quadro 2, em alguns momentos, entre a posse e a saída dos ministros, não há informações sobre quem ocupava o cargo de representante do MEC. Isto se dá pela falta de dados e informações no próprio veículo de transparência do órgão.

Retomando a supracitada afirmação de despreparo do governo federal, coloca-se aqui uma análise acerca da relação entre os ministros da Educação em intersecção com a Quadro 1, na qual são ponderados os contextos históricos e políticos em que foram promulgadas as leis, pareceres, decretos e portaria durante o período da pandemia em relação à educação.

O primeiro ministro, indicado na Quadro 2, Ricardo Vélez Rodríguez, tomou posse do cargo em janeiro de 2019 e foi demitido pouco mais de três meses depois. Visando manter o objetivo da pesquisa, não se aprofundou sobre sua gestão, uma vez que esta iniciou e terminou antes do contexto pandêmico causado pela covid-19.

O segundo ministro descrito na Quadro 2, Weintraub, estabeleceu-se no cargo por pouco mais de um ano e foi responsável pela chefia do ministério durante a publicação de toda produção legislativa que trata a Quadro 2. Portanto, analisou-se como as medidas educacionais tomadas durante o período de pandemia afetaram não só a situação educacional dos estudantes em geral, mas, principalmente dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Na Medida Provisória 934 de 01-04-2020, em que se estabelece o não cumprimento de dias letivos na Educação Básica, mas se mantém a necessidade de cumprir 800 horas mínimas anuais, não houve descrição de como o processo se daria, ou seja, coube às instituições de ensino a decisão de como fariam. Tal medida não se mostrou eficaz, para além do distanciamento presencial dos estudantes, uma vez que o processo de ensino e aprendizagem não padronizado levou a diferentes maneiras das escolas cumprirem a medida, usando do ensino a distância principalmente. Os dados mostram que 8,7 milhões de estudantes não tiveram qualquer acesso às atividades remotas (IBGE, 2020).

Acerca do parecer técnico 5 de 2020, em que Weintraub também era responsável pelo Ministério da Educação, pôde-se ver que o órgão admite que houve “retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar” (Brasil, 2020).

Estas palavras mostram que apesar de reconhecer as dificuldades no âmbito educacional e o aumento da população em vulnerabilidade social, não haviam sido postuladas medidas que fossem eficazes para o combate pontual destas.

No parecer técnico 11 de 2020, o Ministério da Educação dedica um tópico para orientações do atendimento ao público da Educação Especial. Assim, pôde-se ver instruções como “os estudantes devem ser privados de interação presencial”, as explicações se dão por motivos variados como: não poder usar máscaras, quando se trata dos alunos surdos ou com deficiência auditiva; não poder ter contato físico, quando se trata de alunos que têm profissional de apoio para cuidados; não poder obedecer regras, quando se trata de alunos com deficiência intelectual. Este trecho do supracitado parecer, revela que não há o mínimo conhecimento sobre os alunos público-alvo da Educação Especial ou de como se dão às práticas dos profissionais da área. Não há indicação de um profissional que avaliou essas medidas técnicas e que pudesse dar parecer sobre a eficácia destas no

processo educacional. Tais medidas reforçam a exclusão dos alunos com deficiência do sistema educativo, uma vez que se descrevem motivos para estes aprendizes não retornarem à escola, mas não há indicações de como o atendimento não presencial deveria ser realizado.

Por fim, a Lei 14040, de 18-08-2020, assinada pelo chefe do poder executivo e seu novo ministro da Educação à época, Milton Ribeiro, trazia medidas a serem seguidas na esfera educacional nacional baseadas, principalmente, no parecer técnico 11/2020 do MEC. Sinaliza-se aqui o sétimo artigo da mesma lei, em que pôde-se ler: “serão mantidos os programas públicos suplementares de atendimento aos estudantes da educação básica e os programas públicos de assistência estudantil da educação superior” (Brasil, 2020).

Apesar do dispositivo legal trazer soluções para barrar as questões de vulnerabilidade socioeconômica que afetaram o processo de ensino e aprendizagem de milhões de estudantes, os dados mostram que 6% dos estudantes deixaram os estudos no ano de 2021. Entre os motivos, estão a dificuldade financeira, 21%, e a dificuldade de se organizar com o ensino remoto, 14% (Conjuve, 2021).

Considerações finais

A legislação educacional brasileira, produzida durante o período pandêmico causado pelo vírus Sars-Cov 2 ou covid-19, com recorte de março de 2020 a meados de 2021, mostrou-se frágil e ineficaz para superar as barreiras impostas pelo distanciamento social, produzindo maior exclusão de alunos do sistema educacional brasileiro, principalmente daqueles que são público-alvo da Educação Especial e aumentando o número de vulneráveis.

Dermeval Saviani (2013) já descrevia a Educação como “longe de ser um instrumento de superação da marginalidade”, indicação que se acentuou no presente momento. E, a partir desta descrição, este trabalho indica a continuidade de análises documentais, da produção legislativa acerca do setor educacional e assistencial brasileiro, a fim de acompanhar os desdobramentos acarretados pela pandemia.

Referências

AKOBENG, A. K. Principles of evidence based medicine. *Archives of Disease in Childhood*, v. 90, n. 8, p. 837-840, 2005.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Grupo de Trabalho de Política Educacional. **Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**. 2020. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto. Acesso em: 20 abr 2021.

BALL, S. **Education reform**. A critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R.; BALL, S. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 Painei Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Centro de Coordenação de Operações da Secretaria da Casa Civil (02 de maio de 2020). **Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao coronavírus - 1º de maio**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/medidas-adotadas-pelo-governo-federal-no-combate-ao-coronavirus-1o-de-maio>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD - CONTÍNUA**, Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>

Organização Mundial da Saúde. (31 de maio de 2021). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em : <https://covid19.who.int/>

SAVIANI, D. **As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina**. Publicações Fundação Carlos Chagas, Brasil, n. 42, ago. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1546>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 10, p. 01-25, e020063. 2020.

Universidade Aberta do SUS. (27 de fevereiro de 2020). **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença**. Disponível em : <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>

CONDIÇÕES DE TRABALHO DE DOCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: REVISÃO SISTEMÁTICA

Josana Carla Gomes da Silva
Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira



Este capítulo tem por objetivo analisar as condições de trabalho de docentes com deficiência no ensino superior brasileiro, a partir de uma revisão sistemática, para que dessa forma possamos discutir a quais condições de trabalho esses profissionais estão sendo expostos. Para tanto, partiremos de uma discussão sobre estudos produzidos com essa temática. Por se tratar de uma pesquisa em plataformas eletrônicas iremos nos res-

tringir à análise deles. Trata-se de um estudo de cunho materialista histórico-dialético, propondo-se a uma discussão que se empenha na dialética entre trabalho e seu processo de valorização. Sendo inicial, tal discussão não tem a pretensão de ser pronta e acabada.

Tratar sobre a profissão docente é, também, colocar em perspectiva o papel do trabalho, pois, a partir dessa relação é possível que se averigüe como essas condições permeiam o sujeito. Aqui, de forma específica, restringimos a discussão ao docente com deficiência, que para além da escolha de ser um profissional que atua com a formação tem em sua identidade aspectos que, muitas vezes, são carregados de estigmas.

Nesse processo investigativo, é importante que se vislumbre a formação de sujeitos historicamente ativos e que “[...] mais do que preocupar-se em resistir à opressão são chamadas[os] a buscar formas para sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade” (Semeraro, 2015, p. 97). Ressaltamos que nosso processo investigativo acontece de forma crítica, orientado a partir de condições existentes e averiguadas.

Falar sobre o processo do trabalho é observar como o significamos no nosso processo histórico. Para Marx (2013), é um processo entre o homem e a natureza em que ambos se relacionam, sendo uma relação de dominância em que pode ser definido como:

Um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural, a fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para a sua própria vida (Marx, 2013, p. 301).

Assim, o trabalho tem uma relação de utilização para além de uma atividade passiva, ela serve de corpo para o escopo de uma produção de realidade e nela se acomete as relações de conhecimento no qual a docência se encontra. Para além de uma compreensão acadêmica, a docência tem papel fundamental na construção da identidade de um docente, ela norteia a forma com que se é desenvolvido o trabalho intelectual que se atrela, também, à produção da mais valia. Que envolve diretamente a força de trabalho de cada sujeito em que o trabalhador é obrigado a vender a sua força de trabalho em troca de um salário e a sua utilização permite criar um valor superior ao valor de sua própria força de trabalho (valor superior sobre força de trabalho = mais valia) (Sandroni, 1995, p. 35).

Essa mais valia é uma das condições nas quais o capitalismo se baseia, não existe neste sistema um trabalho que não vise o enriquecimento de algum sujeito, e, logicamente, o beneficiário não é o trabalhador, já que neste processo ele é desumanizado. E cada vez mais a educação vem se

aproximando dessa lógica da mercantilização, em que, mais do que formar, vislumbra-se um resgate a concepções tecnicistas.

Com isso, averiguar as condições torna-se crucial para a criação de uma nova perspectiva organizacional. Dessa maneira, quais são as condições instituídas para o acesso e permanência de docente com deficiência no ensino superior? Como se dão? E quais as implicações sociais?

Além de uma perspectiva metodológica marxista, que parte da concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer, ao assumir o materialismo dialético como sua linha de pesquisa é necessário considerar os aspectos de análise que essa teoria se propõe, como, a materialidade dos fenômenos, realidade natural e social e do pensamento (Triviños, 2013). Para o materialismo histórico dialético, a matéria é uma categoria filosófica que discute a forma universal de relação do homem com o mundo, a consciência influi sobre a realidade, e, de forma objetiva, o componente imaterial rege as percepções, representações e a prática social, toda atividade ligada a transformar a natureza e a vida social (Triviños, 2013).

Método

Adotaremos a revisão sistemática como um aporte à nossa investigação, este método de pesquisa nos auxiliará a realizar o levantamento e análise de estudos ligados à temática já indicada. A revisão sistemática é apontada por Galvão, Sawada e Trevizan (2004, p. 550) como “[...] recurso importante da prática baseada em evidências, onde os resultados de pesquisas são coletados, categorizados, avaliados e sintetizados”. Sendo um estudo secundário, ela visa sumarizar estudos primários de acordo com o objetivo da pesquisa, se difundindo de revisões tradicionais, uma vez que seu processo é inteiramente documentado, adotando protocolos tem-se garantida a documentação de todas as etapas da revisão sistemática, possibilitando que o estudo seja feito por outros pesquisadores ou que parta do ponto em que parou em um outro momento, sem que os dados do processo se percam (Kitchenham, 2004).

Kitchenham (2004) aponta que a revisão sistemática é conduzida de acordo com as seguintes etapas: i) planejamento - trata-se da identificação da necessidade de se fazer uma revisão sistemática a partir de lacunas em relação à temática em questão e do desenvolvimento do protocolo; ii) condução - aplicação do protocolo, seleção dos estudos, avaliação da qualidade dos estudos, extração e síntese dos dados; iii) documentação - publicação do resultado da revisão sistemática.

É importante salientar que esse tipo de pesquisa é mais difundido na área médica e biológica, surgindo na década de 1960 é muito aplicada

como meio de verificar práticas médicas mais relevantes no tratamento de doenças, sendo o tipo de pesquisa mais relevante no mundo científico e, portanto, necessita de um rigor metodológico mais apurado (Costa; Zoltowski, 2014; Kitchenham, 2004). Na área da educação, tem sido utilizada recentemente, assim, muito importante para a compreensão da área, pois é um importante método de pesquisa, uma vez que “sintetiza o trabalho existente de uma forma correta sendo vista como íntegra¹” (Kitchenham, 2004, p. 7, tradução nossa).

É indicado que a revisão sistemática utilize ferramentas de gerenciamento de referências e de extração de dados, pois estas auxiliam que a pesquisa siga um rigor metodológico e documentação do processo de revisão (Gastaldi, 2016). Desta maneira, seguindo as recomendações de Gastaldi (2016), o presente estudo utilizou a ferramenta de gerenciamento de referências Zotero e a ferramenta de extração de dados StArt², ambas de uso livre e disponíveis na internet.

De acordo com Kitchenham (2004), este estudo utilizou-se de protocolo previamente estabelecido, adotando o *checklist* PRISMA para definição do protocolo, que visa definir os critérios a serem seguidos em relação a: tipo de estudo; período temporal; língua; entre outras. Foram incluídos os trabalhos que atenderam aos critérios de inclusão: (a) Trabalhos disponíveis na internet; (b) Trabalhos relacionados à docência no ensino superior; (c) Trabalhos desenvolvidos no território nacional; (d) Trabalhos avaliados por pares. Não foram adotadas restrições temporal ou linguística. Foram excluídos da revisão os estudos que não atendiam a esses critérios.

Obedecendo aos objetivos estabelecidos previamente e aos critérios de inclusão deste estudo, foram adotadas como fonte de dados duas bases eletrônicas. De acordo com Costa e Zoltowski (2014, p. 58), bases eletrônicas de dados costumam congregam “um amplo volume de material sobre tópicos específicos e podem ser facilmente consultadas”. Assim, foram selecionadas as plataformas: *Scientific Electronic Library Online* – SciELO e Periódicos CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

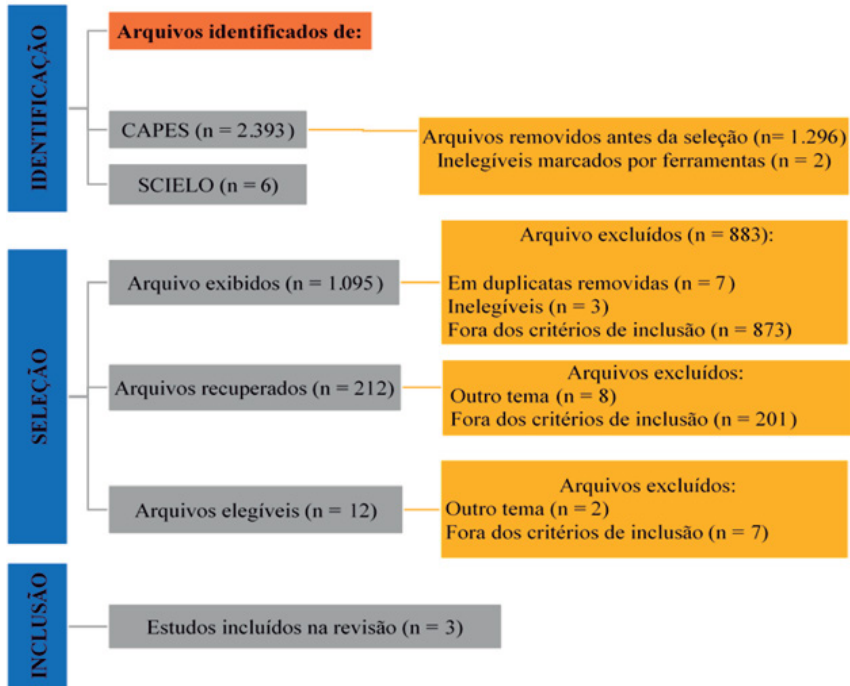
Como estringe foram adotados os descritores: docente AND ensino superior AND deficiência; foi utilizado o operador booleano AND como meio de unificar e ampliar o procedimento de busca. As buscas nas bases de dados seguiram o protocolo pré-estabelecido, os estudos selecionados pelo título foram exportados em arquivo BibTex e inseridos na ferramenta StArt para seleção e extração de dados. Os estudos foram selecionados se-

1 A systematic review synthesises existing work in manner that is fair and seen to be fair. For example, systematic reviews must be undertaken in accordance with a predefined search strategy (p. 7).

2 Desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos, auxilia no processo de revisão (Gastaldi, 2016).

guindo o *checklist* PRISMA (2020), assim, primeiramente, foram selecionados pelo título, depois pelos resumos e, por último, na íntegra para compor esta revisão sistemática, como indica o Fluxograma 1.

Fluxograma 1 - Identificação e seleção dos estudos captados nas bases de dados



Fonte: elaboração própria com base nas buscas nas bases de dados e declaração PRISMA.

As buscas foram realizadas por duas juízas independentes e ocorreram no primeiro semestre de 2022 com intervalo de 20 dias, sendo o último acesso em agosto de 2022. Como resultado das buscas foram retornados um total de 2.399 trabalhos referentes à aplicação da estringe pré-estabelecida, destes foram removidos antes da seleção 1.298 trabalhos, reduzindo para um total de 1.095 trabalhos que foram analisados pelo título, e destes 883 foram excluídos por duplicidade ($n = 7$), ineligível ($n = 3$), fora dos critérios de inclusão ($= 873$). Foram selecionados pelo título 212 trabalhos, que posteriormente foram analisados a partir da leitura do resumo, sendo selecionados 12 trabalhos, que foram lidos na íntegra, dos quais três foram selecionados e incluídos na revisão por estarem de acordo com os critérios de inclusão. Os estudos selecionados foram lidos e sistematizados em quadros para melhor análise e discussão dos dados.

Resultados e discussões: pessoas com deficiência em perspectiva, a relação identitária/acadêmica e sua representação no trabalho na educação superior enquanto docente

Durante a seleção dos estudos, foi possível observar eixos temáticos, como: mulheres com deficiência na docência brasileira; organização de ensino superior: inclusão e ambiente de trabalho; pessoas com deficiência trabalhando como docentes no ensino superior. Tais eixos estão presentes nos estudos incluídos na revisão sistemática. Os estudos selecionados foram tabulados para melhor visualização dos dados extraídos, como ilustrado no Quadro 1.

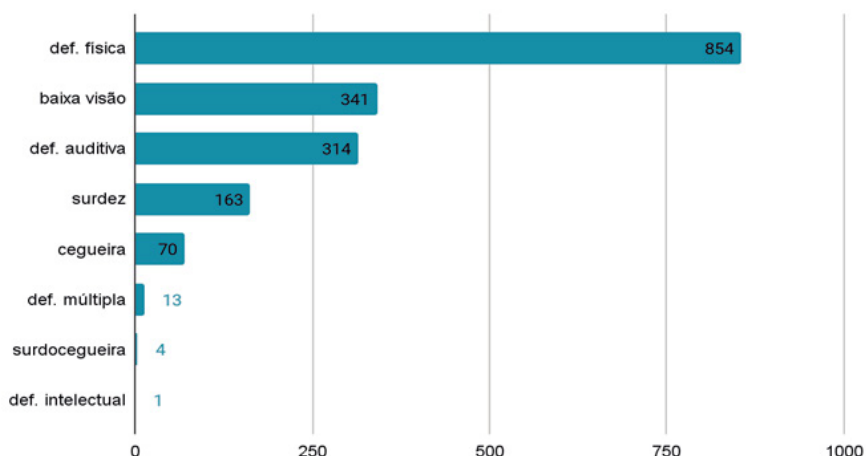
Quadro 1 - Dados de extração dos estudos incluídos na revisão

Título	Autores	Ano	Journal	Objetivo	Instituição
Mulheres com deficiência na docência brasileira	Daniela Priscila de Oliveira Veronezi; Geisa Müller de Campos Ribeiro; Suely Henrique de Aquino Gomes	2022	Em Questão - Porto Alegre, RS	Discutir a representatividade das mulheres com deficiência na docência do ensino superior brasileiro.	Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Pessoas com Deficiência Trabalhando como Docentes na Educação Superior	Maria Isabel do Nascimento; Emily Nelson Figueiredo; Juliana dos Santos Costa; Juliana Garcia Alves da Trindade; Thiago Gomes de Oliveira	2021	Revista Multidisciplinar de Psicologia - São Paulo, SP	Estimar a prevalência de pessoas com deficiência (PCD) trabalhando como docentes no ensino superior do Brasil, em 2018, descrevendo os tipos de deficiência e as áreas de atuação docente.	Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense - UFF.
Organizações de ensino superior: inclusão e ambiente de trabalho	Carlos Eduardo Candido Pereira; José Luís Bizelli; Lúcia Pereira Leite	2017	Educação & Sociedade - Campinas, SP	O objeto de análise se configura na intrínseca relação entre educação e mercado de trabalho, nas sociedades capitalistas, quando tratamos especificamente de incluir pessoas com deficiências	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Araraquara (SP), Brasil.

Fonte: elaboração própria com base nos estudos selecionados (2022).

Os estudos de Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) e Pereira, Bizelli e Leite (2017) contaram com financiamento do órgão de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), demonstrando seu comprometimento quanto à investigação. Em termos de escrita e sistematização dos dados, todos os trabalhos descreveram o método de modo claro, assim como seguiram o proposto pelos respectivos objetivos. No entanto, o trabalho de Nascimento *et al.* (2021) contou com maior rigor metodológico e descreveu os dados sistematicamente, indicando inclusive dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de 2018 sobre as deficiências encontradas, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Docentes com deficiência no ensino superior brasileiro



Fonte: elaboração própria com base em Nascimento *et al.* (2021).

O estudo de Nascimento *et al.* (2021) indica que 1.763 docentes com deficiência atuam no ensino superior brasileira no ano de 2018, de acordo com os microdados do INEP. Os autores indicam que tais dados correspondem ao ensino público, não havendo dados sobre o ensino privado no estudo em questão. Ele indica ainda que, embora esses docentes estejam em menor proporção atuando na gestão na rede pública, em contrapartida estão em maior proporção atuando na gestão na rede privada, em comparação aos outros docentes.

O estudo de Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) apresenta dados quantitativos de docentes com deficiência no ensino superior, fazendo análises dos anos de 2010 e 2018. Ele levanta as problemáticas sobre os marcadores sociais (ser uma mulher e pessoa com deficiência) e tensiona as discussões a respeito da binariedade na nossa sociedade, fazendo contrapontos

comparativos. De forma geral, o artigo busca traçar especificamente sobre as mulheres com deficiência, mas não deixa de fazer análises comparativas como uma medida de proporção quanto ao gênero masculino, apontando que muitas vezes o processo de inclusão profissional apresenta desfavorecimento para mulheres e se tratando de mulheres com deficiência se mostra mais acentuado. Embora o estudo demonstre que há um abismo social na contratação e permanência dessas docentes no ensino superior brasileira, ele aponta que há um aumento representativo feminino de 1%, ao que tange de 2010 a 2018, comparando dados do IBGE de 2010 e do INEP de 2018.

Em contrapartida, o estudo de Nascimento *et al.* (2021) investigou a prevalência de pessoas com deficiência trabalhando como docentes no ensino superior brasileiro, em uma universidade pública em 2018. Ele aponta que dos 397.893 docentes universitários que atuavam no ensino superior brasileiro em 2018, cerca de 0,5% apresentava deficiência, somando 1.731 docentes com idades entre 48 e 70 anos ou mais. Apresentando faixa etária mais elevada em comparação aos docentes sem deficiência, o que pode estar relacionado ao processo de envelhecimento, como perda visual, auditiva e locomotora. Os participantes foram os docentes registrados na base de dados do INEP no ano de 2018. Foi indicado que há uma menor representação de mulheres na docência, tanto na rede pública quanto na privada de ensino superior. Outro ponto importante é que há maior representação de pessoas brancas com deficiência do que das não brancas.

Nascimento *et al.* (2021) indicam que a árdua trajetória acadêmica pode ser um dificultador para docentes com deficiência e que, embora, existam cotas destinadas às ações afirmativas que garantem a inserção desses profissionais no ensino superior, ainda há barreiras atitudinais e estruturais que dificultam o acesso deles ao espaço universitário brasileiro. O estudo aponta que é necessário que a universidade quebre a invisibilidade desses docentes e garanta o direito de ocupação desse espaço, proporcionando uma formação mais emancipatória, assim como mecanismos de permanência desses docentes.

Neste sentido, buscando discutir a relação entre educação e mercado de trabalho nas sociedades capitalistas ao tentar incluir pessoas com deficiência, Pereira, Bizelli e Leite (2017) investigaram uma universidade que conta com 37 unidades espalhadas em 24 cidades, sendo 22 delas no interior paulista, uma na capital e uma no litoral. Dos 37 departamentos contactados, apenas 12 responderam, fornecendo dados de autodeclaração e de ações afirmativas sobre o ingresso por cotas de discentes e informando a existência de deficiência. Foram identificadas 34 pessoas com deficiência, 21 destas aceitaram participar do estudo. Sendo que:

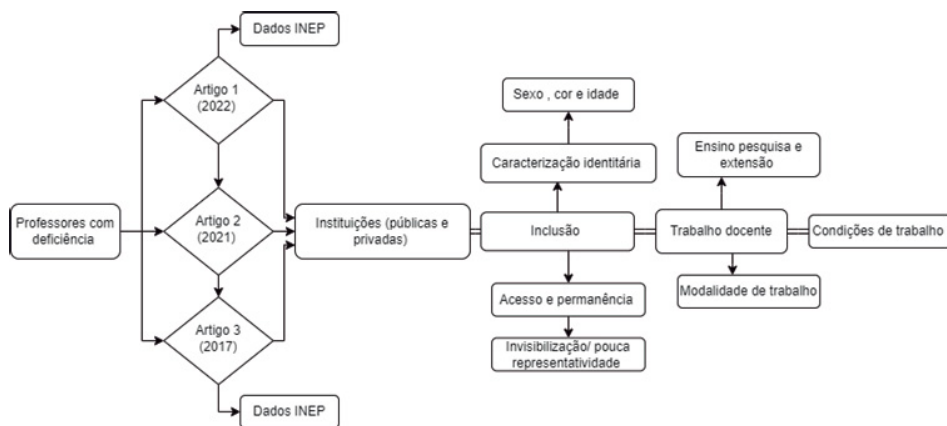
13 apresentavam deficiência física (62%), 7 apresentavam deficiência visual (33%) e 1 tinha deficiência auditiva (5%). Nenhum dos participantes possuía deficiência intelectual ou múltipla; 18 deles (86%) relataram ter adquirido a deficiência, com maior incidência, em acidentes (Pereira; Bizelli; Leite, 2017, p. 107).

Dentre os participantes apenas cinco atuavam como docentes e 16 como técnico-administrativos. Desta maneira, entre os 3.730 docentes que atuavam na universidade em questão, apenas cinco foram identificados com deficiência, o que corresponde a 0,13%, estando abaixo do que a lei de cotas determina (1% a 5%). Contudo, é válido ressaltar que os dados foram disponibilizados por 12 das 37 unidades, provenientes de autodeclaração dos funcionários ou registros administrativos dos que ingressaram por cotas e cada unidade se organizou de uma maneira para levantar os dados, o que pode gerar um viés na pesquisa, por falta de padronização na coleta dos dados.

Ainda denota que na universidade em questão existe a carência de sistematização dos dados dos funcionários, como registro de acesso e por qual meio, se cotas ou livre concorrência. Os autores indicam que a esfera privada está em melhor condição de recepção da pessoa com deficiência, em oposição ao setor público. O estudo indicou que os companheiros de trabalho adotam posturas que incapacitam e constroem os docentes com deficiência, em virtude de se portarem como tutores sobre o processo laboral ou disseminarem a cultura de piedade e compaixão em relação a eles (Pereira; Bizelli; Leite, 2017). Tal postura pode ser interpretada como barreiras atitudinais que estão incrustadas na sociedade e que impedem que pessoas com deficiência exerçam sua cidadania plenamente, uma vez que se configura como incapacitante.

Em síntese, os trabalhos aqui apresentados convergem em pontos que estimulam a reflexão sobre o panorama do trabalho docente, mais especificamente, a docentes com deficiência no ensino superior brasileiro. A fim de aprimorar a discussão, o Fluxograma 2 exemplifica os assuntos abordados pelos estudos e como eles se relacionam.

Fluxograma 2 – Relação dos estudos analisados



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos estudos selecionados.

Entre os assuntos aventados pelos estudos estão: todos comparam dados entre as instituições públicas e as privadas; dois trabalhos usam como dados os microdados do ensino superior, disponibilizados pelo INEP; um estudo foca em uma investigação direcionada a um contexto educacional específico de uma instituição pública, que analisa, não só as dificuldades do docentes, como também de técnicos administrativos; todos os aspectos perpassam pela inclusão de docentes com deficiência; são analisados o ambiente de trabalho e as condições; adoção criteriosa apresentação de aspectos identitários.

Tal panorama está atrelado à temática do trabalho que, para Marx, envolve a venda da força de trabalho como parte daquilo que nos torna humanos, e pensar nisso envolve a discussão de outros componentes:

1. A escolarização, que, por muitas vezes, faz parte de uma formação voltada para o mercado e que, como pontuado por Martins, é preconizado pela pedagogia tecnicista ou mesmo por sistemas educativos duais, que impõem a dicotomia entre saber e fazer, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Isto é chamado de emprego como princípio educativo, e quebrar com essa lógica é estabelecer o trabalho como princípio educativo. Que implica no escopo da formação integral (teoria e prática) dos educandos, alcançada somente por processos educativos omnilaterais, o fundamento da proposição educativa marxiana e a escola unitária de Gramsci (Martins, 2000, p. 11);

2. A educação enquanto um organismo político que não se encerra em si, mas que dentro de suas dinâmicas deve-se propor ao rompimento de qualquer perspectiva discriminatória e se preconiza pela emancipação, que:

[...] não significaria a abolição do trabalho, nem mesmo o abandono da riqueza material e espiritual produzida pelo trabalho alienado, mas sim pela superação dessa forma histórica de atividade humana que é o trabalho alienado pela sua transformação e auto atividade (Saviani, 2015, p. 23).

Para tanto, é importante compreender as diferenças entre o campo do emprego e do trabalho, já que não são sinônimos. Quanto a isto, Pereira, Bizelli e Leite (2017, p. 103) pontuam que “ao se pensar em promover a inclusão social, faz-se necessário reconhecer a exclusão como parte integrante das contradições do sistema capitalista, atrelado à complexidade da natureza humana e das esferas sociais estruturadas pelos próprios homens”. Desta maneira, é necessário pensar não apenas a política, mas a sociedade como um todo, de modo que a inclusão de pessoas com deficiência seja efetiva no ensino superior e nas demais esferas. Não havendo uma movimentação social, dificilmente haverá mudança significativa nas engrenagens que movem o sistema e na estruturação da mente coletiva.

Por fim, para que uma condição de acesso ocorra de forma efetiva é preciso que haja dispositivos que assegurem processos de ingresso inclusivos e escancarem os processos de ingresso falhos, que segregam pessoas com características fora do padrão normativo. Também, que haja a permanência desses docentes com deficiência e exponham situações que limitem sua progressão acadêmica e/ou exclusão dentro do ambiente de trabalho. Existe nesse contexto indicativos que endossam a invisibilização de docentes com deficiência no ensino superior brasileiro, e mesmo que haja a garantia na lei de vagas para eles, na prática, o que ocorre é muito distante.

Desta maneira, existe a necessidade de se estabelecer mecanismos que ampliem e garantam o acesso e permanência desses docentes no ensino superior. É importante vislumbrar tudo isso, uma vez que implica em não apenas observar a materialidade dessas condições, mas em traçar planos de ação que possam dar suporte a situações que não estão bem estabelecidas.

Considerações finais

O capítulo aqui exposto se propôs a averiguar trabalhos que abordam a temática de docentes com deficiência no ensino superior e a sua relação com o trabalho. Desta maneira, tanto o objetivo, quanto os critérios de inclusão e exclusão foram norteadores na pesquisa e embora tenham sido encontrados estudos sobre o tema, este se mostra estar ainda em elaboração, com poucas publicações, carecendo de mais investigação que possa, assim, contribuir com a temática.

De um modo geral, esta revisão sistemática seguiu o método de pesquisa já estabelecido, assim como utilizou de instrumentos e ferramentas

apropriadas para sua execução e as indicações metodológicas da área, buscando, de modo sistemático, seguir o protocolo pré-estabelecido.

No que se refere ao conteúdo dos trabalhos, dois se utilizam de microdados do INEP, denotando grande importância ao documento para a investigação da realidade desses docentes, podendo averiguar diferentes aspectos administrativos e identitários. Os estudos apontam para a exclusão sofrida por docentes com deficiência, que seguem com pouca representatividade numérica no ensino superior. Os estudos analisados sinalizam que a possibilidade de que pessoas com deficiência estejam enfrentando dificuldade de acesso à carreira docente em função de sistema de ingresso, que podem apresentar dispositivos difíceis além de barreiras. Outrossim, a partir da análise dos dados extraídos, fica evidente que há barreiras atitudinais na estruturação das instituições de ensino superior do País, seja em questões técnicas, quanto materiais e humanas, que geram desconforto nos docentes com deficiência e que podem dificultar a permanência e impedir a progressão de carreira.

Dessa forma, consideramos que se torna cada vez mais necessário as discussões sobre o tema, para que se derrubem as barreiras que limitam e incapacitam pessoas com deficiência, as impedindo de alcançar seus potenciais. Tal coisa é possível a partir da emancipação e universalização da educação no País, com isso, deve haver o comprometimento científico de averiguar os indicadores sociais, sendo ele o termômetro da realidade social, que não se desassocia da realidade política.

Referências

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 53-67. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angelo_Costa3/publication/323255862_Como_escrever_um_artigo_de_revisao_sistemática/links/5aee454aa6fdcc8508b80fee/Como-escrever-um-artigo-de-revisao-sistemática.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/kCfBfmKSzpYt6QqWPWxdQfj/abstract/?lang=pt> Acesso em: 22 ago. 2022.

GASTALDI, R. A. **RS/AT: uma abordagem para aplicação de análise temática em revisão sistemática**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10540>. Acesso em: 29 ago. 2022.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele University: Keele, Staffs, 2004. 33 p. Disponível em: <https://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MARTINS, M. F. Gramsci: educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtws/>. Acesso em: 04 set. 2022.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. In: MARX, K. **Livro I: O processo de produção do capital**. Tradutor: Rubens Enderle. Edição: Friederich Engels. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 301.

NASCIMENTO, M. I.; FIGUEIREDO, E. N.; COSTA, J. S.; TRINDADE, J. G. A.; OLIVEIRA, T. G. Pessoas com deficiência trabalhando como Docentes na Educação Superior. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, julho/2021, v.15, n. 56, p. 482-494, ISSN: 1981-1179. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/3137/4938>. Acesso: 04 set. 2022.

PEREIRA, C. E. C; BIZELLI, J. L; LEITE, L. P. Organizações de ensino superior: inclusão e ambiente de trabalho. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 99-115, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKtCq7ydBKJcbYtm5MtQZWt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2022.

PRISMA. **Checklist Português**. 2020. 3 p. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.prisma-statement.org/documents/PRISMA%20Portuguese%20checklist.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SANDRONI, P. **O que é mais-valia**. Coleção primeiros passos. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 35.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores associados, 1ª reimpressão, 2015. 23 p.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 97.

TRIVIÑOS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 301.

VERONEZI, D. P; CAMPOS RIBEIRO, G. M; AQUINO GOMES, S. H. Mulheres com deficiência na docência brasileira. **Em Questão**, p. 108417-108417, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/108417>. Acesso em: 04 set. 2022.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REVISÃO DE LITERATURA E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA

Millena Schmidt

Josivan João Monteiro Raiol

Mara Cristina Lopes Silva Araújo



Do ponto de vista do percurso histórico da pessoa com deficiência, as concepções e práticas de exclusão, segregação e integração estiveram presentes. Todavia, com as lutas e embates constantes deste grupo por seus direitos e a não aceitação das condições em que viviam, tais concepções têm se tornado obsoletas e a adoção de uma nova perspectiva de sociedade se tornou imprescindível. Com base nisso, um novo movimento ganhou

destaque nas últimas décadas, principalmente no que tange à educação, denominado de inclusão.

O conceito de inclusão tem como pressuposto o direito à igualdade de acesso aos espaços comuns da sociedade, contextualizando-se na execução de intervenções, em diferentes instâncias que abrangem a vida desse sujeito, promovendo ajustes nos meios físicos, humanos, legais, entre outros setores. A inclusão da pessoa com deficiência é um processo bidirecional, que envolve ações junto a esse público e ações junto à sociedade de uma forma geral (Aranha, 2005).

Ao tensionar a relação da inclusão com a perspectiva neoliberal, corrobora-se com Kraemer (2020) ao afirmar a intencionalidade nas práticas desenvolvidas nesse âmbito, haja vista a reestruturação do modelo de vida no atual contexto econômico mundial. Desse modo, os investimentos políticos para a escolarização do estudante com deficiência se sustentam no processo de in/exclusão (Kraemer, 2020), ou seja, o neoliberalismo necessita da inclusão para articular as diretrizes do sistema produtivo.

A perspectiva de produtividade se estabelece não somente na organização pedagógica da escola comum “inclusiva”, mas no sentido de atrair o mercado para a oferta da escolarização. Assim, a escolarização enquanto direito passa também para a perspectiva do lucro, na medida em que o Estado precariza a educação pública e abre margem para a instalação de instituições “filantrópicas” na oferta da escolarização do estudante com deficiência.

Um dos espaços em que o direito à escolarização deve se fazer presente diz respeito ao âmbito educacional. Quando falamos em educação inclusiva, utopicamente nos referimos a uma educação para todos, uma educação que valorize e respeite as diferenças, com profissionais preparados para lidar com as limitações e potencialidades de cada pessoa e com políticas públicas que busquem essa melhora na qualidade social, educacional e cultural de cada cidadão. O foco principal dessa perspectiva é o rompimento da estrutura excludente das escolas, transformando os espaços educacionais para que haja o atendimento de educandos com diferentes condições e necessidades (Santos; Martínez, 2016).

Quando falamos em direito à escolarização, não nos limitamos apenas à educação básica, mas também nos referimos à educação superior. No Brasil, o percurso até a fundação da primeira Instituição de Educação Superior (IES) nacional foi longa, datando-se do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em busca de refúgio, ao se criarem cátedras isoladas de educação superior na Bahia, no Rio de Janeiro e, mais tarde, em São Paulo. Entretanto, a primeira universidade criada, explicitamente com esse nome, foi a Universidade de Manaus em 1909, essa sendo resultado de iniciativas de grupos privados, tendo seu encerramento em

1926. Já a primeira universidade brasileira criada que perdura até os dias atuais é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1920, que reuniu as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito (Cunha, 2000).

Embora a educação superior no Brasil tenha início no século XIX, conforme apontam Selau e Damiani (2014), um dos primeiros registros de uma pessoa com deficiência na educação superior data da década de 1950, um estudante com deficiência visual que ingressou no curso de Direito em uma IES privada no sul do país. Diversos enfrentamentos de barreiras foram apontados por ele ao longo de sua escolarização e formação, já se iniciando antes do ingresso, ao lhe ser negado de princípio a realização do vestibular (Selau; Damiani, 2014).

Infelizmente as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras possuem uma cultura orientada para a produção, eficácia e qualificação para o mercado de trabalho, limitando o acesso e permanência de pessoas com deficiência pelas condutas autoritárias que apresentam (Mesquita; Baptista, 2019). Diversas barreiras existem ao falarmos desse nível de ensino, iniciando desde os processos seletivos, já que muitos desses desconsideram as especificidades de cada estudante. Também se fazem presentes barreiras atitudinais, tanto dos professores quanto dos colegas, a escassez de recursos, dificuldades de deslocamento e até mesmo a baixa autoestima (Menezes, 2018).

A formação dos profissionais atuantes em sala de aula se constitui outra barreira encontrada. O professor encontra-se, dentro deste contexto, em uma sala de aula heterogênea, entretanto, em muitos casos, a formação inicial desses não é suficiente aos desafios encontrados (Mesquita; Baptista, 2019; Siqueira; Santana, 2010).

É no contexto da educação superior supracitado que a pessoa com deficiência busca o ingresso. Entre 2009 e 2018 houve um aumento de aproximadamente 257% de matrículas de pessoas com deficiência nas universidades, passando-se de 23.135 para 59.496. Entretanto, se considerarmos o número total de matrículas do público geral e compará-las com o dado anterior, a porcentagem de matrículas de pessoas com deficiência na universidade variou entre 0,33% e 0,49% nos anos citados (Cabral; Orlando; Meletti, 2020).

Mesmo chegando de forma tímida à educação superior, cada vez mais a pessoa com deficiência passa a ter vez e voz, demandando-se novas posturas dos agentes envolvidos, quanto da própria pessoa com deficiência (Guerreiro; Almeida; Filho, 2014).

Mudanças são necessárias, não apenas nos aspectos arquitetônicos, como também no processo de ensino e aprendizagem deste ambiente, pensando na transformação de atitudes, concepções, conteúdos e da própria formação do homem como ser pensante e reflexivo. De acordo com Menezes (2018), devemos deixar de ver esse público como “especiais”, não de-

tentoras de direitos e deveres, como incapazes apenas porque precisam de mais tempo para realizar alguma atividade, por não se expressarem oralmente ou não terem uma letra legível.

Visto o cenário apresentado, torna-se então necessário termos conhecimento de como está se dando a educação para com esse público dentro desse nível de ensino. Uma forma de termos acesso a esses dados é a partir de pesquisas científicas realizadas que abordam essa temática. A ciência é um dos componentes intelectuais mais importantes e seguros de conhecimento e é por meio da pesquisa científica que se busca chegar à veracidade dos fatos (Gil, 2008).

Sendo de conhecimento a confiabilidade das pesquisas científicas, o presente trabalho buscou, através de uma revisão de literatura, identificar e analisar produções científicas nacionais que tiveram como foco temático o ensino superior brasileiro e a pessoa com deficiência. O capítulo trata-se de um recorte da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso de uma das autoras.

Método

Ao se dispor a identificar e analisar produções científicas nacionais que tiveram como foco temático o acesso e a permanência no ensino superior brasileiro e a pessoa com deficiência, este trabalho considerou a abordagem qualitativa por entender a importância em empregar diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados (Creswell, 2010). Nesse sentido, Koller, Couto e Hohendorff (2014) afirmam que em pesquisas qualitativas é possível observar, coletar e descrever informações sobre como as diferentes variáveis podem estar relacionadas. Além disso, ao utilizar esta abordagem, o pesquisador se propõe a refletir sobre os dados obtidos e aprofundar a compreensão sobre o objeto estudado.

A fim de atingir os objetivos desta investigação, optou-se pela pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida a partir da identificação e posterior análise de artigos científicos. Desse modo, esse procedimento permite investigar o objeto por meio de uma cobertura mais ampla (Gil, 2008). Os dados coletados foram divididos em eixos de análise e a partir da perspectiva crítica foram contextualizados com o panorama político, social e econômico.

Coleta dos dados

Após a definição da questão a ser pesquisada e dos procedimentos metodológicos adotados, alguns passos foram delimitados para a coleta de dados, sendo esses: a) escolha dos descritores para a busca; b) delimitação

das fontes; c) busca e seleção dos textos pelo título e resumo, conforme critérios de inclusão e exclusão; d) extração dos dados.

Para a escolha dos descritivos empregados, foram utilizados como vocabulário controlado o Thesaurus Brasileiro da Educação (BRASED) do Instituto Nacional de Estudos e as Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que têm como principal característica a junção dos conceitos e termos que se relacionam, baseada em uma estrutura conceitual da área de educação (BRASIL, 2022b). Por meio deste vocabulário, os descritivos “Acesso ao Ensino Superior”, “Ensino Superior” e “Educação Superior” foram empregados. Ademais, optou-se por utilizar também um descritivo que não consta como termo no vocabulário utilizado, sendo esse: “Permanência no Ensino Superior”. Para cada descritivo, no momento da busca, foi adicionado o operador booleano de pesquisa “AND” seguido do descritivo “Pessoa com Deficiência”.

Para acessar as publicações sobre o tema, duas bases de dados foram selecionadas: Scientific Electronic Library Online (SciELO); e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No caso do Periódicos CAPES, a busca se deu por meio do acesso via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do portal em questão.

De acordo com Oliveira (2008), os portais de periódicos são um dos veículos mais relevantes para disseminação dos resultados de pesquisa, tornando-se principal meio de comunicação da comunidade científica, sobretudo por possuírem conteúdo com grande credibilidade.

Como critérios de inclusão, consideraram-se publicações de teses, dissertações e artigos em língua portuguesa dos últimos dez anos (2010 a 2020) e que tratam sobre o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Como critérios de exclusão foram considerados: duplicidade das produções científicas; publicações que não abordassem o tema proposto; publicações que não estivessem em língua portuguesa e anteriores aos últimos dez anos. A busca ocorreu entre os dias 12 de outubro de 2020 a 14 de outubro de 2020.

Durante a busca na base de dados SciELO os textos primeiramente foram analisados com base na leitura do título e resumo. Ao todo foram encontrados 41 textos, sendo descartados, nessa primeira análise, 27 textos por não tratarem do tema proposto. Os textos descartados tinham por assuntos abordados: atendimento em saúde à pessoa com deficiência; práticas inclusivas em outras esferas e níveis educacionais; atitudes sociais; acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ambiente de trabalho; processo de escolarização; perfil de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS; entre outros, não ligados à educação superior. Os outros 14 textos

foram selecionados por meio desta primeira leitura e o critério de exclusão por duplicidade foi aplicado, obtendo-se ao final seis artigos correspondentes à área de pesquisa.

Na base de dados do Portal de Periódicos CAPES, via CAFe, os textos encontrados foram primeiramente separados a partir da leitura do título e após ocorreu uma segunda seleção a partir da leitura do resumo destes textos. Ao todo foram encontrados 1.277 textos, sendo 1.222 textos descartados e os outros 55 separados com base no título. Após a leitura do resumo dos textos separados, apenas 33 foram selecionados por se enquadrarem no tema. A maioria dos textos descartados tinha por assuntos abordados: ensino fundamental e médio; acessibilidade na Web; saúde da pessoa com deficiência; inclusão em outros âmbitos (como trabalho); sexualidade; Educação de Jovens e Adultos; formação de profissionais da saúde; feminismo; racismo; homofobia; fiscalização alimentar; agricultura; hábitos alimentares; entre muitos outros temas. Aplicando o critério de exclusão por duplicidade nos 33 textos, ao final, obtiveram-se nove trabalhos que correspondem à área de investigação desta pesquisa, sendo que destes, oito são artigos e uma tese de doutorado.

Os textos selecionados nos dois bancos de dados foram agrupados, totalizando 15 textos, e o critério de exclusão por duplicidade foi novamente aplicado. Ao fim, com base no levantamento e critérios de inclusão e exclusão, 11 textos sobre o tema proposto foram encontrados na busca, sendo 10 artigos e uma tese de doutorado em educação, todos estes lidos na íntegra.

Quadro 1 - Textos selecionados: denominação, título e autor, ano e base de dados

Título/Autor (as/es)	Ano	Base de Dados
Propostas de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas com Deficiências no Ensino Superior Siqueira; Santana.	2010	Periódicos CAPES SciELO
Política de Formação Inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior Pereira; Santos; Silva.	2011	SciELO
Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior Duarte <i>et al.</i>	2013	Periódicos CAPES SciELO
Avaliação da Satisfação do Aluno com Deficiência no Ensino Superior Guerreiro; Almeida; Filho.	2014	Periódicos CAPES SciELO
Diálogo com a Cultura Surda e a Inclusão no Ensino Superior: avaliação e proposição Santos; Oliveira.	2014	Periódicos CAPES
Inclusão no Ensino Superior – uma experiência exitosa Machado.	2014	Periódicos CAPES
Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras Ciantelli; Leite.	2016	Periódicos CAPES SciELO
Gestão Social na Educação para Pessoas com Deficiência Nunes; Magalhães.	2016	Periódicos CAPES
A Inclusão dos Estudantes com Deficiência no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande: desafios e possibilidades Dantas.	2017	Periódicos CAPES
A Permanência de Estudantes com Deficiência nas Universidades Brasileiras Maciel; Anache.	2017	SciELO
A Concepção de Docentes do Curso de Educação Física: sobre o acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior Mesquita; Baptista.	2019	Periódicos CAPES

Fonte: elaboração própria com base no levantamento realizado no banco de dados SciELO e Periódicos CAPES.

Os textos encontrados foram organizados de acordo com o ano de publicação. Os oito primeiros artigos se referem aos/as autores/autoras Siqueira e Santana (2010), Pereira, Santos e Silva (2011), Duarte *et al.* (2013), Guerreiro, Almeida e Filho (2014), Santos e Oliveira (2014), Machado (2014), Ciantelli e Leite (2016) e Nunes e Magalhães (2016). Já a tese de doutorado refere-se à autora Dantas (2017). Os dois artigos seguintes são dos/das autores/autoras Maciel e Anache (2017) e Mesquita e Baptista (2019).

Resultados e discussões: um panorama da produção nacional

Para a análise dos dados, as informações obtidas em cada artigo e tese a partir da leitura na íntegra foram categorizadas em: a) temas abordados pelos artigos e tese; e b) instituições de educação superior (IES) pesquisadas.

Temas Abordados pelos Artigos e Tese

Este tópico apresenta o tema principal abordado, pesquisado e discutido em cada texto encontrado.

Quadro 2 – Tema dos artigos e tese: texto e temas abordados

Texto	Temas Abordados
Siqueira e Santana (2010)	A partir da análise de projetos aprovados pelo Programa Incluir, dos anos de 2005 a 2008, o artigo buscou conhecer e descrever ações de inclusão desenvolvidas pelas Universidades Federais do Brasil.
Pereira, Santos e Silva (2011)	O artigo buscou, a partir de entrevistas, compreender a concepção de gestores de IES de João Pessoa-Paraíba, em relação às necessidades de mudanças para se adequarem à clientela de pessoas com deficiência.
Duarte <i>et al.</i> (2013)	O artigo teve por objetivo relatar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em IES tanto públicas quanto privadas de Juiz de Fora – Minas Gerais.
Guerreiro, Almeida e Filho (2014)	O artigo apresenta o processo de criação e aplicação de um instrumento que busca avaliar a satisfação de estudantes com deficiência na educação superior.
Santos e Oliveira (2014)	Realizou uma análise da inclusão na educação superior, mediante entrevista com três educandos surdos do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
Machado (2014)	Este artigo trata-se de um relato de experiência, elencando as medidas que uma Universidade da cidade de São Paulo tomou para tornar-se mais inclusiva.
Ciantelli e Leite (2016)	A pesquisa trouxe um panorama das ações exercidas por núcleos de acessibilidades contempladas pelo Programa Incluir em favor do acesso e permanência de estudantes com deficiência nas IFES.

Continua

Quadro 2 – Tema dos artigos e tese: texto e temas abordados

Conclusão

Nunes e Magalhães (2016)	As autoras buscaram conhecer os serviços de apoio ofertados pelas universidades aos alunos com deficiência, realizando ao mesmo tempo um comparativo com a Universidade Federal de Minas Gerais.
Dantas (2017)	A tese buscou compreender os impactos causados na Universidade Federal de Campo Grande, mais especificamente no Centro de Formação de Professores, pelas políticas que garantem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.
Maciel e Anache (2017)	As autoras apresentaram o Programa Incluir, este como estratégia para permanência da pessoa com deficiência na educação superior.
Mesquita e Baptista (2019)	O artigo buscou analisar a concepção de professores universitários da área de humanas de uma faculdade de Goiânia, sobre o acesso e permanência de pessoas com deficiência no curso de licenciatura em Educação Física.

Fonte: elaboração própria com base no levantamento realizado no banco de dados SciELO e Periódicos CAPES.

Dentre os textos, três tiveram como tema principal o Programa Incluir e seus impactos, sendo esses os artigos de Siqueira e Santana (2010), Ciantelli e Leite (2016) e Maciel e Anache (2017). Em relação aos artigos de Duarte *et al.* (2013), Santos e Oliveira (2014) e Machado (2014), estes trouxeram uma temática mais geral, ou seja, relatos de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Os artigos de Pereira, Santos e Silva (2011) e Mesquita e Baptista (2019) analisaram as concepções sobre o acesso e permanência deste público na educação superior, sendo o primeiro sobre concepção dos professores e, o segundo, sobre a concepção dos gestores.

Já Guerreiro, Almeida e Filho (2014), Nunes e Magalhães (2016) e Dantas (2017) abordaram temas distintos em relação aos citados. O primeiro relatou a construção e aplicação de um instrumento de avaliação para educandos com deficiência em relação à satisfação na educação superior, o segundo analisou os serviços de apoio ofertados a esse grupo e a tese analisou os impactos das políticas de acesso e permanência em uma universidade.

Em um panorama, os assuntos mais recorrentes foram o Programa Incluir e relatos de inclusão, ambos com três artigos cada. No ano de 2005 o Ministério da Educação implementou o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013) visando a promoção de ações para garantia do acesso de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Entre 2005 e 2011 foram abertos editais com o propósito de apoiar financeiramente projetos de IFES para a criação ou reestruturação de núcleos de acessibilidade das unidades e, a partir de 2012, essa ação foi ampliada, passando a atender todas as IFES, incentivando, assim, o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade (BRASIL, 2013).

O Programa Incluir, enquanto política pública, foi um importante marco que impulsionou o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação superior, por incentivar financeiramente a criação de núcleos de acessibilidade, embora apenas nas universidades federais. Siqueira e Santana (2010), ao analisarem o Programa, identificaram ao longo dos anos, como pontos positivos, um aumento dos projetos aprovados, como também, da verba disponibilizada. Perceberam como tal, através dos projetos contemplados, uma preocupação das IFES para a promoção da inclusão, criando propostas voltadas para a promoção da acessibilidade, não apenas na adequação do espaço físico, mas também visando a permanência das pessoas com deficiência através da disponibilização de materiais, tecnologia assistiva, treinamento da equipe técnica e da necessidade de um debate sobre a inclusão social que envolva toda a comunidade.

Entretanto, mesmo reconhecendo os avanços que o Programa Incluir trouxe e elencando as ações realizadas por esses Núcleos, Maciel e Anache (2017) especificaram limites que o impediram de alcançar muito dos objetivos propostos, sendo estes: o não diálogo com a comunidade acadêmica, a não consideração das especificidades, não houve nas universidades formação para a implantação dos núcleos e nem capacitação para os docentes, não contemplou outras IES e não considerou as iniciativas que já existiam nas universidades.

Ademais, para a análise dos impactos do Programa incluir, os artigos relataram a dificuldade de se ter acesso aos projetos submetidos e contato com as universidades contempladas.

Em relação aos relatos de inclusão, os artigos de Duarte *et al.* (2013) e Santos e Oliveira (2014) expõem que ações estão sendo realizadas, porém muitas barreiras existem, principalmente barreiras na comunicação e atitudinais. Apoiado a isso, Santos e Oliveira (2014) trazem o relato de um dos participantes, no qual, em certa aula que participou, o professor passou um filme sobre educação, entretanto “[...] ‘esqueceu’ de colocar a legenda para o aluno surdo acompanhar as falas dos personagens. Na sala escura da transmissão, o surdo só foi percebido no fim, depois dos aplausos aos exemplos vistos na tela.” (Santos; Oliveira, 2014, p. 140-141).

Já Machado (2014) traz uma experiência exitosa, demonstrando que a inclusão na educação superior é possível, principalmente ao se apoiar nas políticas. A autora relata a ampliação, a partir de 1999, de um trabalho voltado para a inclusão em uma universidade privada do sudeste do Brasil. De início foi assumido uma missão, no qual os funcionários passaram por capacitações, foi criado um departamento para a elaboração de materiais adaptados, ocorreram adaptações nos vestibulares, intérpretes da língua de sinais e profissionais especializados passaram atuar na instituição, en-

tre outras ações. Entretanto, Machado (2014) ressalta que a inclusão é um processo complexo que demanda o comprometimento de diversos agentes.

Por fim, Duarte *et al.* (2013) expressa que, mesmo havendo um salto no número de pessoas com deficiência matriculadas no ensino regular, os desafios existentes para com esse público na educação superior estão longe de serem superados, pois as mudanças não devem ocorrer apenas nos dados quantitativos, mas que todos devem ter acesso a um ensino de qualidade.

Instituições de Educação Superior Pesquisadas

O presente tópico apresenta a região e a categoria administrativa de cada IES pesquisada nos artigos.

Tabela 1 - IES Pesquisadas: região, categoria administrativa e quantidade

Região da IES Pesquisada	Categoria Administrativa	Quantidade
Sul	Pública	2
Sudeste	Pública	6
	Privada	8
Centro-Oeste	Pública	2
Nordeste	Pública	3
	Privada	3
Outros	Públicas	28

Fonte: elaboração própria com base no levantamento realizado no banco de dados SciELO e Periódicos CAPES.

Ao todo, 52 instituições foram fontes de pesquisas. Dentre as regiões de cada IES pesquisadas, 14 se localizam na região Sudeste do Brasil, sendo seis públicas e oito privadas. Seis IES foram pesquisadas na região Nordeste, sendo três universidades públicas e três privadas. Já no Sul e Centro-Oeste, duas instituições públicas foram pesquisadas em cada região. Além disso, outras 28 universidades públicas foram pesquisadas, mas não foram informadas a região destas. Vale destacar que Maciel e Anache (2017) realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o Programa Incluir, não se enquadrando assim nesta categoria.

O presente dado expõe que o Sudeste possui o maior número de IES pesquisadas, totalizando 14. Outro dado relevante quanto a região refere-se ao Norte, região em que nenhuma IES foi pesquisada.

O Brasil é um País marcado por desigualdades e, no que tange o investimento para pesquisas, a realidade não é diferente. Conforme dados do Mapa de Investimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que traz os dados sobre projetos e bolsas em

vigência de diversas modalidades, a região Sudeste possuía, até a data de nove de abril de 2022, 40.103 projetos e bolsas contempladas, seguida da região Sul com 14.034, da região Nordeste com 13.878, da região Centro-Oeste 8.839 e, por fim, da região Norte com o menor número, totalizando 3.524 (BRASIL, 2022a).

Por meio dos dados apresentados pelo CNPQ, constatamos a discrepância entre as regiões quando se trata de incentivos a pesquisas, tendo a região Sudeste aproximadamente 49,8% dos projetos e bolsas vigentes em todo Brasil e, a região Norte, com aproximadamente apenas 4,3% dos projetos e bolsas vigentes.

Ademais, os dados expõem que a maioria das IES pesquisadas se enquadra na categoria administrativa pública, sendo ao todo 41 instituições públicas e 11 privadas. Entretanto, destaca-se que no Sudeste, região com maior número de IES pesquisadas, possui também o maior número na categoria privada, totalizando nove IES.

Podemos inferir que as pesquisas com universidades privadas estão ligadas com a expansão dessas. Conforme dados de 2009 a 2018, as universidades privadas tiveram um aumento de 178% na taxa de matrículas, enquanto as universidades públicas tiveram um aumento de 155,2% (Cabral; Orlando; Meletti, 2020).

Em contrapartida, no que diz respeito às matrículas de pessoas com deficiência entre 2009 e 2018, Cabral, Orlando e Meletti (2020) destacam que as universidades públicas tiveram um aumento de 193% e as universidades privadas, um aumento de 137% nas matrículas deste grupo. Entretanto, mesmo com esse aumento, no ano de 2018, a rede privada contou com o maior número de matrículas de alunos com deficiência, totalizando 38.379, enquanto a rede pública contou com a matrícula de 20.280 educandos com deficiência (Cabral; Orlando; Meletti, 2020).

Vemos nos dados apresentados que, embora haja um aumento nas universidades públicas de matrículas ao longo dos anos, as universidades privadas ainda possuem o maior número de educandos com deficiência dentro desse nível educacional. Visto essa discrepância, torna-se então necessária a realização de pesquisas nessa categoria administrativa para saber como está se dando o acesso e permanência, buscando ter conhecimento do porquê desses dados.

Considerações finais

O cenário dos trabalhos coletados nesta revisão bibliográfica externaliza as desigualdades no âmbito das temáticas “pessoa com deficiência” e “ensino superior”. Por meio desta investigação é possível entender a dimensão das relações sociais e os sistemas simbólicos que estruturam as

práticas sociais. Mais do que analisar o panorama da pesquisa científica, sobre o objeto de estudo, pode-se compreender o contexto político educacional a partir da tendência na temática dos trabalhos pesquisados e a desigualdade na distribuição das instituições de ensino superior no Brasil.

A perspectiva de análise dos dados revela o abismo das produções científicas na Amazônia, ou seja, compreende-se por meio da investigação a manutenção dos privilégios da região Sudeste brasileira, enquanto na região Norte ocorre um apagão acadêmico.

Assim, diante do exposto, é necessário, para além de discutir a pessoa com deficiência e o ensino superior, que ocorra certa emergência em refletir e discutir sobre os processos hegemônicos no âmbito acadêmico, bem como sobre a necessidade de investimento, reconhecimento e representatividade das pesquisas de regiões do Brasil que são/estão historicamente silenciadas.

Referências

ARANHA, M. S. F. **Necessidades Educacionais Especiais dos Alunos: visão histórica**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, 51 p. (Cartilha Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Projetos e Bolsas em Vigência**. 2022a. Disponível em: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Gestão Terminológica**. INEP, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/cibec/gestao-terminologica>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior - SECADI/SESu/2013**. Ministério da Educação, 2013, 20 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientadorprograma-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 abr. 2021.

CABRAL, V. N. de; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/N7wznqvpPrbr4zRJddrDsNb/?lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2022.

- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000300413&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2020.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo, misto; tradução**. Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In*: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 2. ed., p. 151-204.
- DANTAS, N. M. R. **A Inclusão dos Estudantes com Deficiência no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande: desafios e possibilidades**. 2017. 248 p. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/11087>. Acesso em: 13 out. 2020.
- DUARTE *et. al.* Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 2, p.289-300, abr./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200011&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- GUERREIRO, E. M. B. R.; ALMEIDA, M. A.; FILHO, J. H. da S. Avaliação da Satisfação do Aluno com Deficiência no Ensino Superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 31-60, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100003&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2020.
- KRAEMER, G. M. Política de inclusão escolar e a modulação das condutas dos sujeitos com deficiência. **Momento: diálogos em educação**, v. 29, n. 1, p. 71-87, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://seer.furg.br/momento/article/view/9269>. Acesso em: 09 set. 2022.
- KOLLER, S. H.; DE PAULA, C. M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MACHADO, E. V. Inclusão no Ensino Superior — uma experiência exitosa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, n. 1, p. 120-129, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6863>. Acesso em: 13 out. 2020.

MACIEL, C. E.; ANACHE, A. A. A Permanência de Estudantes com Deficiência nas Universidades Brasileiras. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 3, p. 71-86, dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000700071&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2020.

MENEZES, S. A. B. de. As Pessoas com Deficiência Chegam a Universidade: Políticas públicas e as práticas para igualdade de oportunidades no ensino superior a distância no Brasil e na Espanha: In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, 5., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2018. p. 1-18. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/458.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

MESQUITA, B. A. D. da R.; BAPTISTA, T. J. R. A Concepção de Docentes do Curso de Educação Física: sobre o acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/35737>. Acesso em: 13 out. 2020.

NUNES, V. L. M.; MAGALHÃES, C. M. Gestão Social na Educação para Pessoas com Deficiência. **Revista HOLOS**, v. 8, p. 355-365, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3370/pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

OLIVEIRA, L. M. B de. **Direito autoral no acesso aberto à literatura científica**. 2008. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/644/1/2008_LarissaMeloBezerra.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

PEREIRA, F. J. R.; SANTOS, S. R. dos; SILVA, C. C. da. Política de Formação Inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 4, p. 711-716, jul./ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000400013&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTOS, G. C. S.; MARTÍNEZ, A. M. A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 253-268, abr./jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000200253&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2021.

SANTOS, J. M. C. T.; OLIVEIRA, S. K. V. Diálogo com a Cultura Surda e a Inclusão no Ensino Superior: avaliação e proposição. **Revista HOLOS**, v. 5, p. 131-143, 2014. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1564/pdf_98. Acesso em: 13 out. 2020.

SELAU, B.; DAMIANI, M. F. Quando Não se Falava em Inclusão: a história de vida do primeiro advogado cego formado no Brasil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 417-429, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9633/pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. da S. Propostas de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas com Deficiências no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000100010&lang=pt. Acesso em: 12 out. 2020.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Caroline Messias Santana

Talita Silva Perussi Vasconcellos

Samara Cristina Ferreira da Costa



A educação superior brasileira possui um histórico de desigualdade em relação ao acesso e permanência de pessoas que historicamente foram excluídas da sociedade no âmbito social, econômico e cultural do País. A universidade tem sido um espaço de conhecimento e desenvolvimento humano, com um importante papel de oferecer e promover meios para que todos os alunos tenham o apoio necessário para cursá-la, dentre eles alunos com deficiência (Moreira, 2005).

Em relação ao direito do denominado público-alvo da Educação Especial de acesso à Educação Superior brasileira, percebe-se que o final do século XX e o início do século XXI trouxeram marcos importantes em relação aos processos de democratização da educação superior, com destaque para a elaboração e implantação de políticas públicas que se destinavam à denominada inclusão de pessoas com deficiência, a começar pela promoção de acessibilidade, que gerou aumento no número de pessoas com deficiência nas universidades (Almeida; Bellosi; Ferreira, 2015; Castro, 2011).

No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), por meio dos dados divulgados na Sinopse Estatística da Educação Superior (BRASIL, 2019), indicava que, no ano de 2019, havia 8.603.824 matrículas de estudantes na educação superior, desses 48.520 eram de pessoas com deficiência. A rede privada indicava a matrícula de 6.523.2678 estudantes, dos quais 30.211 eram de pessoas com deficiência. Nas instituições públicas, eram cerca de 2.080.146 matrículas, dentre elas, 1.335.254 se concentravam nas instituições federais, sendo 18.309 de estudantes com deficiência. Ao se referir ao público mencionado, o Censo da Educação Superior, no ano de 2019, também apresentou os tipos de deficiência que mais predominavam nesta direção: a cegueira foi apontada como a condição de deficiência predominante, seguida da deficiência visual, surdez, deficiência auditiva, deficiência física, surdocegueira, deficiência múltipla, deficiência intelectual, e Transtorno Espectro Autista.

Para Castanho e Freitas (2011), a educação superior brasileira possui um ensino falho devido à defasagem em oferecer uma educação para todos, nesse sentido diversos aspectos colaboram para que esse direito não se concretize. Para Bernstein (1990), dentre esses fenômenos, encontra-se, por exemplo, a atitude dos docentes em relação à ausência de uma prática pedagógica que viabilize o ensino de modo que atenda à diversidade presente em sala de aula. Neste caso, de pessoas com deficiência, no qual, por mais que estejam inseridas nas universidades, podem encontrar na prática do professor uma barreira pedagógica. A prática pedagógica é compreendida como um fator transmissor cultural, de consciência puramente humana para reproduzir e produzir cultura além do conhecimento.

A educação especial, enquanto modalidade de ensino, deve estar presente no ambiente universitário e, de acordo com o Castanho e Freitas (2006), nota-se que a maior necessidade entre as políticas de inclusão na educação superior brasileira é a de preparar a comunidade acadêmica para receber os alunos com deficiência. Tal dado evidencia a necessidade de as políticas públicas, sobretudo educacionais, olharem para as práticas pedagógicas e para os alunos com deficiência.

Portanto, compreende-se que, na atualidade, a universidade, em específico a prática pedagógica, precisa se transformar para que de alguma

forma dê conta de formar com qualidade todos os estudantes indistintamente, não apenas as pessoas com deficiência, já que se exige o envolvimento da instituição no conjunto social amplo (Candido, 2010).

Desse modo, devido ao número crescente de pessoas com deficiência ingressando nas universidades brasileiras, considerando a ausência de práticas pedagógicas que deem conta da formação de qualidade destes alunos, o presente capítulo teve por objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre artigos, teses e dissertações que se dedicaram a investigar as práticas pedagógicas de docentes que atuam na educação superior brasileira e têm matriculado, em suas disciplinas, estudantes com deficiência. Tem como questão norteadora: “Como se apresenta a literatura acadêmica que se propõe a discutir a prática pedagógica de docentes da educação superior brasileira que atuam com alunos com deficiência?”. Enfim, a pesquisa tem o propósito de verificar e analisar como o tema tem sido discutido por pesquisadores e estudiosos da área da educação e da educação especial brasileira.

Método

Com o propósito de demonstrar os resultados de um levantamento bibliográfico sobre as práticas pedagógicas de docentes da educação superior brasileira que atuam com alunos com deficiência, o texto traz uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, cuja preocupação central é com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto (Triviños, 2019).

Nesta direção, em relação aos procedimentos de coleta de dados, primeiramente iniciou-se uma pesquisa para localizar estudos que abrangessem o tema. A busca foi realizada por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se trata de uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza produções científicas do âmbito nacional e internacional e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra em apenas um portal textos completos de teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de pesquisa e ensino.

O presente mapeamento das produções científicas teve início no Portal Periódicos da CAPES, onde foi realizada a busca por assunto. Os critérios de inclusão dos trabalhos foram: o tipo de trabalho ser apenas artigo, o idioma ser somente português e o ano de publicação ser de 2005 até 2019. Se justifica o início no ano de 2005 pelo fato de termos como marco, na educação superior brasileira, o lançamento do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir).

Os descritores definidos se encontram apresentados no Quadro 1, tendo como base o foco central que é a educação superior, um acréscimo do termo “deficientes” que foi selecionado uma vez que muitos trabalhos no período de 2005, 2006 ainda utilizavam esse termo.

Quadro 1 - Descritores de busca

Descritores	Termos para realizar o cruzamento
1. Ensino Superior	práticas pedagógicas, educação especial, pessoas com deficiência e deficientes.
2. Educação Superior	práticas pedagógicas, educação especial, pessoas com deficiência e deficientes.
3. Instituição Superior	práticas pedagógicas, educação especial, pessoas com deficiência e deficientes.

Fonte: elaboração própria com base nos descritores para busca de produções no Portal Capes e BDTD.

A primeira busca nas plataformas digitais encontrou 192 trabalhos. O primeiro passo foi a leitura dos resumos, com o intuito de localizar os que possuíam relação com a temática. Assim, foram encontrados 2 artigos em comum, que foram obtidos através de descritores diferentes, assim como 3 trabalhos que se repetiram na busca da BDTD, dessa forma, a busca localizou 6 artigos no Portal Capes que se relacionam com as práticas pedagógicas de docentes na educação superior brasileira e alunos com deficiência. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram localizadas 2 dissertações e 1 tese. Ao todo foram considerados de acordo com o objetivo proposto, 9 trabalhos. Dentre eles há aqueles que mencionam diretamente essas práticas docentes, bem como os que trazem esse tema como um dos resultados da pesquisa. Após a organização dos dados em tabelas, foram definidos eixos temáticos para aprofundamento da análise, quais sejam: (1) Barreiras atitudinais; (2) Formação de professores; (3) Práticas pedagógicas.

Educação superior e as práticas pedagógicas dos professores que atuam com alunos público-alvo da educação especial

Os resultados obtidos foram apresentados no Quadro 2, seguindo uma ordem cronológica, começando pelo ano de 2010 até 2018. O quadro apresenta os 9 estudos localizados nos portais de busca, seus respectivos autores e o tipo de trabalho.

Quadro 2 - Caracterização dos trabalhos analisados

TÍTULO	TIPO	AUTOR/ANO DE PUBLICAÇÃO
A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual	ARTIGO	REIS, M. X; EUFRASIO, D. A; BAZON, F. V. M. 2010
Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras	TESE	CASTRO (2011)
Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras	ARTIGO	CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. 2014
Práticas pedagógicas para inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um estudo na UFRB	DISSERTAÇÃO	MATOS. A. P (2015)
Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência	ARTIGO	ALEXANDRINO, E. G. SOUZA. D; BIANCHI. B. A; MACUCH. R; G. M. M.A; 2016
Acessibilidade na educação superior também envolve o trabalho pedagógico.	ARTIGO	CANDIDO. E.A.P; NASCIMENTO. C. R. S; MARTINS. M. F. A. 2016
Atitudes sociais em relação à inclusão de alunos (as) com deficiência na educação superior	ARTIGO	CHAHINI, T. H. C. 2016
Barreiras atitudinais: obstáculos e desafios à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior	DISSERTAÇÃO	RIBEIRO. D. (2016)
Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo	ARTIGO	POKER, R; VALENTIM, F. O. D; GARLA, I. 2018

Fonte: elaboração própria.

Serão apresentados, a seguir, os trabalhos relacionados com a temática aqui proposta, bem como a análise realizada a fim de verificar como as produções deste período têm se colocado em relação à prática pedagógica de docentes universitários que têm em suas disciplinas alunos com deficiência matriculados.

Barreiras atitudinais

A análise nos apontou que o tema “práticas pedagógicas”, de docentes universitários e sua interface com estudantes com deficiência, foi abordado em estudos que traziam questões como o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior, todavia, esse tema muitas

vezes estava relatado como “falta de capacitação dos professores”, “falta de formação docente”, “despreparo em sala de aula” e foram poucos dos resultados encontrados que trouxeram o termo “práticas pedagógicas”. Nesse sentido, o presente estudo dividiu os resultados em tópicos para melhor análise e explicação.

Outro tema recorrente nos resultados obtidos através desta pesquisa bibliográfica, atrelado às práticas pedagógicas dos docentes e correlacionado também com as barreiras pedagógicas, foi “barreiras atitudinais”. Ressalta-se que tal barreira são atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015)

Estudos destacaram fatores que facilitam e que impedem a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior brasileira, sendo Castro (2011), Reis *et al.* (2010) e Candido, Martins e Nascimento (2016). Dessa forma, formou-se o primeiro tópico de análise do trabalho.

Considerando as barreiras atitudinais, que implica na ausência de comunicação, de interação entre os estudantes, professores, funcionários, além de ser também um dificultador para a aprendizagem dos alunos. Matos (2015) ressalta que as barreiras atitudinais são geradas a partir de ações e comportamentos preconceituosos que impedem e dificultam às pessoas com deficiência de ter relações com as outras pessoas, e consequentemente acesso a serviços, conteúdos, espaços, dentre outros.

Castro e Almeida (2014) fizeram questionamentos quanto à educação superior estar ou não preparada para receber os alunos com deficiência e que esse alunado tinha acesso limitado a esse nível de educação. As autoras indicam em sua pesquisa que os desafios encontrados pelas universidades brasileiras estão principalmente nas barreiras atitudinais e pedagógicas, além de criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores, o que se relaciona diretamente com as práticas pedagógicas, uma vez que as barreiras pedagógicas são evidenciadas nas ações dos docentes em sala de aula, na adequação do material didático e nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado pelos professores (Castro; Almeida, 2014).

O estudo referido acima destaca as barreiras pedagógicas como a principal barreira vista pelas universidades, inserida no patamar das barreiras atitudinais, no qual cabe ressaltar mais uma vez que são conhecidas pelas “atitudes das pessoas diante da deficiência, como consequência da falta de informação e do preconceito, o que acaba resultando em discriminação, mais preconceito e, por consequência, a exclusão” (Brunhara *et al.*, 2019).

Formação dos professores

Alexandrino *et al.* (2016) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar as dificuldades que uma ex-aluna com deficiência visual grave vivenciou na graduação em uma universidade pública. Entre as dificuldades citadas está o despreparo dos professores e equipe pedagógica em geral. Os autores destacam que a postura do professor deve estimular as potencialidades dos alunos, pois: “Sua abordagem pedagógica será efetiva com a clareza sobre a condição da pessoa com necessidade especial, suas habilidades, fragilidade e planejamento com os recursos disponíveis.” (Alexandrino *et al.*, 2016).

É destacado, ainda, no trabalho acima apresentado, a necessidade de formação para receber alunos com deficiência visual. Corroborando, Michels (2008) destaca a falta de preparo dos docentes brasileiros, ainda mais ao se tratar do atendimento a indivíduos com deficiência, pontuando que essa lacuna na formação dos professores é um dos aspectos da causa do fracasso escolar. Todavia, a atual proposta de formação de professores não rompe com o forte tradicionalismo na formação docente (Reis; Eufrásio; Bazon, 2010).

Poker *et al.* (2018) realizaram uma pesquisa para investigar e analisar a percepção dos professores de uma instituição de educação superior sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Considerando que os docentes participantes se formaram na área das ciências humanas e/ou da saúde, consideraram um questionamento importante: “É possível que os cursos de graduação e, também, os programas de pós-graduação estejam preocupados com a questão da educação inclusiva, e que esse tema é indispensável para a formação docente?”. Provável que não (Poker *et al.*, 2018).

Matos (2015), em pesquisa realizada sobre as práticas pedagógicas de professores da UFRB com alunos com deficiência, salienta que em relação à formação dos professores que responderam o instrumento da sua pesquisa, os que indicaram possuir uma formação na área da educação, mais pedagógica, estavam mais sensíveis ao desenvolvimento de uma prática pedagógica denominada mais inclusiva na sala de aula com os alunos com deficiência. E ela destacou também que 30% dos professores que tinham formação nas ciências exatas, também buscavam criar estratégias diferentes e inclusivas para os estudantes com deficiência.

Práticas pedagógicas

Matos (2015), através de um estudo de caso, resolveu investigar, identificar e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, diante de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação. Participaram da pesquisa docentes da universidade com diferentes formações. Alguns docentes

entrevistados relataram algumas dificuldades que observaram ao ter uma aluna com deficiência em sua sala de aula, porém, nenhum deles soube pontuar qual deficiência especificamente a estudante tinha.

Candido, Nascimento e Martins (2016) realizaram uma pesquisa sobre a acessibilidade no ensino superior no âmbito pedagógico, segundo as autoras, o Brasil possui uma dívida histórica com as pessoas com deficiência devido ao tempo de segregação e de exclusão. Outro resultado encontrado na busca foi um estudo que visou investigar a prática docente com alunos com deficiência na educação superior. Reis, Eufrázio e Bazon (2010) analisaram a formação de professores universitários formados em licenciatura de Ciências Biológicas para o atendimento de pessoas com deficiência visual no sistema universitário. Os resultados desse estudo indicaram que a maioria dos professores entrevistados não tinha formação continuada, com exceção de um, todos se mostraram interessados em realizar tal formação e em buscar materiais e recursos para trabalhar em sala de aula com os alunos com deficiência visual. Um professor em específico demonstrou desconhecimento a respeito de materiais e da importância em adaptar as aulas; além disso, disse não ser possível ministrar aulas práticas para tais alunos (Reis; Eufrázio; Bazon, 2010).

As práticas pedagógicas foram discutidas também no estudo de Poker *et al.* (2018), no qual seus dados são bastante semelhantes com os resultados da pesquisa de Castro e Almeida (2014), no que diz respeito às barreiras na formação acadêmica, relatadas pelos estudantes com deficiência. Indicam que, a falta de acessibilidade física é presente, além das barreiras comunicacionais, ou seja, não há diálogo entre a universidade e docentes. Relatam, também, as barreiras atitudinais e pedagógicas quando se trata da didática dos professores em sala de aula, da utilização de métodos inadequados, da ineficiência dos docentes em identificar as necessidades dos estudantes com deficiência, além da falta de materiais e recursos adaptados.

Chahini (2016) realizou uma pesquisa para analisar as atitudes de alunos e professores de uma universidade federal do Nordeste, entre os participantes havia os alunos com deficiência, aqueles que tinham colegas com deficiência, os que não tinham, os professores que tinham alunos com deficiência e aqueles que não. Os resultados da pesquisa demonstraram que estudar com colegas com deficiência na mesma sala promoveu uma mudança nas atitudes no que diz respeito à denominada inclusão, tornando-as mais favoráveis. E quanto aos professores, ideologicamente aceitam a inclusão dos alunos com deficiência na educação superior, porém, quando se trata da operacionalização das práticas pedagógicas com intuito de garantir e promover a permanência desses estudantes na universidade, suas atitudes já não são favoráveis.

A fim de verificar os facilitadores e as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência, Castro (2011) realizou uma pesquisa com 13 universidades, entre os participantes estavam os reitores, os coordenadores

dos processos seletivos, coordenador do núcleo de acessibilidade de cada instituição e as pessoas com deficiência. Quanto às práticas pedagógicas, a autora traz alguns exemplos relatados pelos alunos participantes da pesquisa que constituem barreiras em seus aprendizados, como o uso de imagens referentes à disciplina. Professores que utilizam vídeos com narração em inglês (e mesmo que tenham a legenda em português), não consideram a especificidade do aluno cego. Utilizar gestos como “aquilo, isso, lá, aqui” geram confusão com os alunos cegos e com deficiência visual. Preparar aulas práticas com dinâmicas que o visual é importante, não tem como incluir aqueles que não tem a visão (Castro, 2011).

Em relação aos relatos dos alunos, colocados por Castro (2011), eles trazem à tona cenas reais, com falas e ações que agem diretamente na permanência desses alunos na educação superior. Muitos dos relatos mencionaram alguns equívocos dos professores que poderiam ser evitados se estes tivessem, por exemplo, em sua formação, conteúdos que os orientassem, no mínimo, a perguntar aos alunos as necessidades e dificuldades em sala de aula.

Desse modo, Ribeiro (2016) e Castro (2011) também deixam exposto o que os outros autores trazem em seus trabalhos, de que adequando sua prática às necessidades dos alunos com deficiência o processo de aprendizagem se torna acessível e inclusivo para os alunos com deficiência.

Considerações finais

Considerando os estudos analisados, os resultados indicam que a prática pedagógica de docentes da educação superior brasileira com alunos com deficiência, matriculados em suas disciplinas, está sendo estudada, embora que com um número diminuto, pois apenas seis produções foram localizadas. O tema é destacado pelos autores como fator significativo na permanência dos estudantes com deficiência nas instituições superiores, uma peça central e fundamental que permite o aluno ter um amplo conhecimento dos conteúdos, vinculados a uma apropriação com sucesso dos conteúdos acadêmicos. Além disso, eles salientam que uma boa prática não se faz sozinho, é necessário alguém para orientar, mostrar, direcionar os docentes nessa garantia de formação. Por isso a capacitação docente, voltada também para assuntos que considerem esses estudantes e suas especificidades, ser tão importante.

Dessa forma, é preciso pensar no acesso e na apropriação dos conteúdos acadêmicos de pessoas com deficiência na educação superior brasileira para além da dimensão da acessibilidade arquitetônica, ainda que seja muito importante para o processo de acesso e permanência. É importante considerar que a formação docente não é um processo isolado e que os professores devem receber ajuda dos órgãos responsáveis pelo

apoio desses alunos nas instituições, além de ser fundamental que exista essa viabilização de informações a respeito das condições dos estudantes universitários com deficiência e suas especificidades, de modo que se contribua para a formação do docente em preparar sua aula, mudar seu planejamento, entre outros aspectos. Os resultados evidenciaram o quão pouco está sendo discutido esse tema entre os estudiosos da área da educação e da educação especial. Essa escassez revela que o foco necessita ser ampliado para que, assim, novas políticas sejam criadas, as práticas transformadas e os alunos mais bem formados.

Referências

- ALEXANDRINO, E. G. et al. Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência. *Cinergis*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 1-7, out. 2016. ISSN 2177-4005. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8076/5364>. Acesso em: 19 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/cinergis.v18i1.8076>.
- ALMEIDA, J.G.A.; BELLOSI, T.C.; FERREIRA, E. L. Evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: subsídios normativos e ações institucionais para acesso e permanência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, p. 643-660, 2015. (Especial).
- ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- BERNSTEIN, Basil. **On pedagogic discourse**. Class code and control. Londres: Routledge, 1990. v. IV.
- BRASIL. Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm Acesso em: 05 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm Acesso em: 20 jun. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano viver sem limites. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm
- BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado

ao Longo da Vida. **Diário Oficial da União**. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior**. SECADI/SESu-2013 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12737&Itemid=. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes nacionais para a educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1-9. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Lei 11.096, de 03 de janeiro de 2005. Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004. Dispõe sobre o Programa de Universidades para Todos, 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (2008). **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>

BRASIL. Portaria 3284 de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Resolução n° 2/2001. Institui as Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRUNHARA, J. A. et al. Acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior: atitudes sociais de alunos e professores de uma instituição de ensino superior. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 21, n. 3, e13018, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462019000300501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2020.

CANDIDO, E. A. P.; NASCIMENTO, C. R. S; MARTINS. M. F. A. Acessibilidade na educação superior também envolve o trabalho pedagógico. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 2, p.1017-1033, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8940> Acesso em: 29 nov. 2018.

CANDIDO, P. A. E. **Inclusão no mercado de trabalho: analisando a relação escola e empregabilidade de pessoas com deficiências**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2010.

CARDOSO, A. P. L. B; MAGALHÃES, R. C. B. P. Inclusão no Ensino Superior: caminhos propostos por uma professora e seu aluno cego. *In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO*, 9, 2009, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza. 2009.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 85-92, nov. 2011. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4350>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr./jun.2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 dez. 2018.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Especial). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CHIAHINI. T. H. C. Atitudes sociais em relação à inclusão de alunos (as) com deficiência na educação superior. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.7, n. 19, p. 314-328, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/837>. Acesso em: 23 out. 2020.

DECLARAÇÃO de Salamanca. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FRAGOSO FILHO, C. **Universidade e Sociedade**. Campina Grande: Grafset, 1984. 154 p.

FRANCO, M. Educação Superior Bilíngue para Surdos: O Sentido da Política Inclusiva Como Espaço da Liberdade: Primeiras Aproximações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2009.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.

INEP. **Censo Escolar 2019: Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria 81 Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MAGALHÃES, R. C. B. P. Currículo e Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Reflexões sobre a docência Universitária. In: MELO, F. R. L. **Inclusão no Ensino Superior: Docência e Necessidades Educacionais Especiais**. Natal: EUFRN, 2013. p. 47-55.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, 2002.

MARTINS, S. E. S. de O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDEZ, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 17, nov. 2017.

MATOS, A.P. da S. **Práticas pedagógicas inclusivas para inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior: um estudo na UFRB**. 192 f. il. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 25, p 37-48, 2005.

MORGADO, L. A. S. **Trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro**. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

OLIVEIRA, J. F. Acesso à educação superior no Brasil: entre o elitismo e as perspectivas de democratização. In: SOUSA, José V. de. **Educação superior: cenários, impasses e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2013.

PACHECO, R.V; COSTA, F.A.T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Centro Educacional Educação Especial**, v. 27, 2006.

PEREIRA, C. E. C; ALBUQUERQUE, C. M. A inclusão das pessoas com deficiência: panorama inclusivo no ensino superior no Brasil e em Portugal. **Educação Revista**, Curitiba, n. spe.3, p. 27-41, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000700027&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 out. 2020

POKER, R. B; VALENTIM, F O. D; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escola Educação**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 127-134, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400127&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 out. 2020.

REIS, M. X. dos; EUFRASIO, D. A; BAZON, F. V. M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 111-130, abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2020.

RIBEIRO, D. M. **Barreiras atitudinais: obstáculos e desafios à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior**. 2016 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p.197-212, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/273> Acesso em: 10 dez. 2019.

SAMPAIO, R. F; MANCINI M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, A. F. **Educação inclusiva no ensino superior: o docente universitário em foco**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

SHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, H.M. et al. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 10, n. 2, p. 332-342, 2012.

SOARES M.S; OLIVEN A. C. **Educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Capes; IESALC; Unesco, 2002.

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Elydia Carla Cruz

Alyne Cristine Domene Martins de Lima

Tiarles Mirlei Piaia



Fruto de lutas e embates da sociedade civil, o direito à escolarização de pessoas com deficiência vem ganhando espaço nos debates e na legislação brasileira desde a educação infantil à educação superior, principalmente em relação ao acesso ao sistema regular de ensino.

A Constituição Federal trouxe mudanças importantes que garantiram os direitos das pessoas com deficiência à escolarização e à formação. Deste modo, foi somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que o Brasil reconheceu formalmente a existência de problemas de discriminação racial, de gênero e as diversas restrições enfrentadas, também, pelas pessoas com deficiência e se propôs a lutar por meio de ações afirmativas.

Em 1996, foi lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos, em que tinha como objetivo desenvolver ações afirmativas em defesa dos grupos considerados minorias para possibilitar o acesso desse público a cursos profissionalizantes e à Educação Superior (BRASIL, 1996).

Com a aprovação da lei estadual 3.524/00, de 28 de dezembro de 2000, as universidades do Rio de Janeiro começaram a implementar a reserva de vagas. Esta lei garantiu a reserva de 50% das vagas, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, para estudantes das redes municipal e estadual e para pretos e pardos (Moehlecke, 2002). Mais tarde, outras leis foram estabelecidas em demais estados e finalmente estendidas a todas as universidades federais. Como em 2012, em que foi aprovada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, considerando a obrigatoriedade da reserva de 50% das vagas nas instituições de ensino federais para estudantes de escolas públicas, com renda per capita inferior a um salário-mínimo e meio e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (BRASIL, 2012). Ressalta-se que, nesse momento, as pessoas com deficiência não foram contempladas no que tange às cotas para acesso à Educação Superior.

A implementação da política de cotas para pessoas com deficiência ocorreu somente em 2003, com a Lei nº 4.151/2003, reconhecendo assim que a democratização ao acesso à Educação Superior deveria abranger não apenas negros, pardos e oriundos de escolas públicas, mas também pessoas com deficiência, que constituem um grupo que se encontra em desigualdade de condições com os demais (Castro; Amaral; Silva, 2013).

Em 2005, o Ministério da Educação apresenta o Incluir - Programa de Acessibilidade na Educação Superior, com o objetivo de

Fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2013).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz a Educação Especial como transversal a todas as etapas de ensino provendo que “[...] na educação superior, a educação es-

pecial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes” (BRASIL, 2008).

Com isso, pode-se notar que as políticas de ações afirmativas vêm, aos poucos, sendo implantadas nas instituições de Educação Superior e isso revela um movimento de reconfiguração de algumas instituições para a promoção do acesso dos grupos considerados minorias.

Uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que

1. identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
2. estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
3. prática a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
4. reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
5. promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades educacionais especiais, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços (BRASIL, 2013).

Lourenço e Battistella (2018) destacam que

Dentre as importantes ações institucionais com vistas ao acesso e ao fornecimento de condições para a permanência desse grupo de estudantes, reforça-se a necessidade de que se estabeleçam estratégias de identificação e mapeamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial presentes. Com a manutenção de um banco atualizado sobre esse público amplia-se a viabilidade de se obter parâmetros para o dimensionamento e, conseqüentemente, para o planejamento mais adequado e efetivo das políticas institucionais, por exemplo, favorecendo a atuação dos núcleos de acessibilidade (Lourenço; Battistella, 2018).

Duarte (2013) enfatiza que pouco se tem documentado sobre o acesso das pessoas com deficiência na Educação Superior, sinalizando, assim, uma escassez de estudos e estatísticas. Dessa maneira, destaca a necessidade de estudos para aprofundar essa temática.

Em meio às discussões apresentadas sobre o acesso das pessoas com deficiência na Educação Superior, faz-se a seguinte questão: Como tem

se dado o acesso das pessoas com deficiência na Educação Superior? E na Educação Superior pública federal?

Diante disso, a pesquisa tem por objetivo principal apresentar o panorama das pesquisas nacionais sobre o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior e as ações afirmativas entre os anos 2005 e 2018.

Metodologia

Optou-se nesta pesquisa pela revisão da literatura. Foram realizados levantamentos bibliográficos no site da *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES com o objetivo de encontrar e analisar artigos científicos que realizaram pesquisas sobre o acesso das pessoas com deficiência na Educação Superior brasileira.

Para o levantamento nas bases de dados *SciELO* e CAPES, foram utilizados os descritores: Educação Especial; Pessoa com Deficiência; Educação Superior; Acesso; Ações Afirmativas. Foi delimitado como período de buscas do ano de 2005 a 2018. A escolha do período teve como critério o período a partir de 2005, o ano em que o governo federal lançou o edital do Incluir - Programa de Acessibilidade na Educação Superior, até 2018.

Para realizar as buscas nestas bases de dados, foram utilizados alguns procedimentos considerados de acordo com os critérios de inclusão, sendo eles:

1. Foi selecionada a opção busca avançada utilizando os descritores definidos, chegando ao resultado total sem refinamentos;
2. Foi selecionada a opção somente artigos;
3. Foi selecionada a opção somente em português;
4. Foi selecionado um período de 2005 a 2018;
5. Foi realizada uma análise dos títulos dos artigos para verificar se abordavam o mesmo tema deste estudo. Os que não se enquadraram foram excluídos e nos casos de dúvida foram realizadas leituras dos resumos. Alguns trabalhos estavam com indisponibilidade para exibição, esses também foram excluídos;
6. Foi realizada uma seleção por resumos.

Do total de 33 pesquisas, haviam casos duplicados, ou seja, um mesmo trabalho encontrado nas duas bases de dados. Nesses casos, a pesquisa foi contabilizada apenas uma vez, finalizando a busca com 10 trabalhos selecionados na SciELO e 3 na CAPES, totalizando 13 pesquisas sobre acesso da pessoa com deficiência na Educação Superior.

O acesso e a permanência dos estudantes com deficiência nas universidades públicas brasileiras: o que dizem as pesquisas

Apresenta-se na Tabela 1 a relação dos estudos selecionados de acordo com o período de publicação

Tabela 1 - Levantamento Bibliográfico por Ano de Publicação

Ano	Número de Trabalhos Encontrados
2007	1
2010	1
2013	1
2014	1
2015	3
2016	2
2017	2
2018	2
TOTAL	13

Fonte: elaboração própria.

Como apresentado na Tabela 1, foi possível notar que em 2007, 2010, 2013 e 2014 somente um trabalho foi encontrado em cada ano. Em 2016, 2017 e 2018 foram dois trabalhos em cada ano e em 2015 três trabalhos. Nos demais anos, nenhum trabalho foi encontrado.

Neste momento, serão abordados os estudos que foram localizados com a temática acesso das pessoas com deficiência à Educação Superior. Os estudos não serão apresentados em ordem cronológica, e sim por meio de temáticas similares.

No estudo de Siqueira e Santana (2010), objetivou-se conhecer e descrever as ações contidas nas propostas contempladas pelo “Projeto Incluir/MEC-Acessibilidade na Educação Superior” nos anos 2005-2008. Trata-se de um estudo descritivo do tipo documental. Os resultados obtidos apontaram que as ações propostas mostraram que a inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior diz respeito a tudo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas e devem estar voltadas para as atitudes frente à pessoa com deficiência, às políticas de inclusão e aquisição de produtos e tecnologias assistivas.

No estudo de Castro e Almeida (2014), o objetivo foi identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano da

Educação Superior. Quanto ao método, foi utilizado a pesquisa de campo, em que foi utilizado quatro fontes de evidências, sendo elas entrevista semi-estruturada, documentos, observação direta informal e artefatos físicos. Nos resultados, foi possível verificar as ações que são realmente eficientes, as ações que podem contribuir para a permanência e também as barreiras ainda presentes no ambiente universitário. Os diferenciais apontados foram o atendimento educacional especializado desenvolvido na UNISUL, a estrutura e a organização do departamento de apoio à inclusão da UERN e do núcleo de apoio às pessoas com necessidades especiais da UFPR, as modificações realizadas na biblioteca da UERN, o guia USP acessível, a legislação institucional da UNESC e o manual do candidato da UFRJ, UDESC, UERN, UNESC, UNISUL, FURB e UnB. Os desafios considerados para as universidades frente ao acesso dos alunos com deficiência são romper as barreiras, prever e prover as condições de acessibilidade e criar alternativas para evitar práticas de exclusão por parte dos professores.

Ciantelli e Leite (2016) apresentaram como objetivo traçar um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES. Participaram da pesquisa coordenadores envolvidos com os núcleos das IFES beneficiadas pelo Programa Incluir, em que responderam um questionário, via formulário eletrônico, pelo recurso do Google Docs. Os autores concluíram que foi possível verificar ações que se referem à estrutura física, humana e técnica para a remoção de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, programáticas e atitudinais.

O estudo de Cabral e Melo (2017) teve como objetivo construir um panorama nacional dos caminhos percorridos pelos núcleos de acessibilidade das instituições federais de Educação Superior brasileiras, fazer reflexões acerca das condições organizacionais, de funcionamento e dos principais desafios que as instituições identificam no processo de legitimação dos direitos do público-alvo da educação especial no âmbito da Educação Superior. A pesquisa tratou-se de um estudo exploratório realizado em escala nacional, com caráter qualitativo e quantitativo. Como resultados, foi possível observar que embora são evidentes os avanços em torno das normatizações para assegurar o direito das pessoas com deficiência na Educação Superior, ainda há um distanciamento entre o que está posto no discurso legal e as condições efetivas para uma plena participação de sucesso acadêmico e social desse público no contexto universitário.

Na pesquisa de Maciel e Anache (2017), o objetivo foi apresentar o Programa Incluir como estratégia de permanência da pessoa com deficiência na Educação Superior. A metodologia utilizada foi análise documental e bibliográfica. Os resultados mostraram que o Programa Incluir repre-

senta uma das possibilidades para favorecer o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior, entretanto, consiste parte das ações na perspectiva da inclusão em um sistema capitalista.

A pesquisa de Melo e Araújo (2018) teve como objetivo descrever a atuação do Núcleo de Acessibilidade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e discorrer algumas reflexões acerca dessa experiência. A abordagem metodológica foi descritiva analítica de base documental em que utilizou normativas institucionais como fonte de dados, no período de 2011 a 2015. Os autores concluíram que os estudantes vêm buscando a efetivação dos seus direitos e ampliando a sua participação política no movimento estudantil da universidade. O trabalho realizado pela Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) tem minimizado as barreiras enfrentadas pelos estudantes na instituição, mas ainda são necessários avanços em relação às barreiras atitudinais.

Os artigos citados têm como foco as ações dos núcleos de acessibilidade e a partir dos resultados apresentados foi possível observar que com a atuação desses núcleos, é evidente a diminuição de barreiras encontradas pelos alunos com deficiência nas instituições, mas ainda assim necessita avançar. Um ponto interessante que Ciantelli e Leite (2016) trazem é que em relação às dificuldades encontradas, as de maior ocorrência referem-se a ações programáticas, talvez seja porque essas envolvam a revisão nas próprias leis internas que regem as universidades, elaboradas, em sua maioria, para um aluno sem deficiência. O Programa Incluir foi bastante abordado nos estudos e isso mostra que ele tem uma função muito importante nas universidades, ou seja, na busca por alternativas para favorecer o acesso e a permanência do aluno com deficiência na Educação Superior.

O objetivo do estudo de Duarte *et al.* (2013) foi levantar o número de alunos autodeclarados com deficiência em processo de inclusão na Educação Superior nas instituições públicas e privadas de Juiz de Fora. Como metodologia, foram realizadas entrevistas e aplicado um questionário sociodemográfico. Os resultados apontaram que existem 45 alunos com deficiência matriculados e frequentes em cursos de Educação Superior da cidade, em que na rede privada foi apontado 82,2% desse total e na rede pública federal, 17,8%. Também foi salientado a grande relevância de estudos que buscam ampliar as informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência na rede de ensino brasileira.

No estudo de Martins, Leite e Lacerda (2015), o objetivo foi analisar as políticas relativas às matrículas das pessoas com deficiência na Educação Superior brasileira com base em indicadores educacionais. A pesquisa se caracterizou como descritiva-analítica com base documental. De modo geral, os resultados apontaram que o número de matrículas de pessoas com

deficiência na Educação Superior está aumentando, mas ainda representa uma camada mínima da população com deficiência efetivamente matriculada nessa etapa do ensino.

Em 2018, Lourenço e Battistella (2018) trouxeram como objetivos realizar o mapeamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos no período de 2014 e 2015. Na metodologia, foi realizado um estudo de caráter descritivo, com dados quanti e qualitativos. Os resultados mostraram que, em média, 124 estudantes foram registrados no sistema, com a confirmação de que 27 atendiam as classificações colocadas para esse alunado. Também foi possível constatar as dificuldades em obter a quantidade e a caracterização reais de estudantes que compõem o público-alvo da educação especial inserido na universidade.

Os três estudos citados são ricos em informações e mostram que desenvolver pesquisas a respeito do mapeamento de matrícula do público alvo da educação especial na Educação Superior contribui para fazer uma importante análise sobre o acesso desse público nessa etapa de ensino.

Manente, Rodrigues e Palamin (2007) buscaram nesse estudo compreender os fatores diferenciais que podem facilitar ou dificultar o ingresso de indivíduos com deficiência auditiva na Educação Superior e sua permanência no curso. Na metodologia, foram utilizados dois questionários, sendo um direcionado a alunos universitários (grupo A) e com ensino médio (B1) e outro questionário referente a outra escolaridade (B2). Os resultados mostraram que para o grupo A os aspectos favorecedores para o ingresso no curso superior foram ter tido sucesso na vida escolar anterior, ajuda da família e apoio dos professores. No que fiz respeito às dificuldades, foram relatados, insucessos na vida escolar anterior e a falta de apoio dos professores. Também indicaram que durante o curso os fatores favorecedores foram o apoio dos colegas da classe, dos familiares e a atenção dos professores. Entre os fatores dificultadores também foram apontados a falta de atenção dos professores e de orientação dos profissionais da saúde. Os resultados obtidos com o grupo B1 mostraram que pessoas com deficiência auditiva desejam cursar a Educação Superior, mas apenas uma parte delas prestou vestibular, sendo a dificuldade financeira, a possibilidade de reprovação e o medo de não conseguir acompanhar o curso alguns dos motivos responsáveis. No Grupo B2, a intenção de fazer faculdade caiu em relação ao grupo anterior, pois pontuaram que os fatores escolares e o apoio da família podem favorecê-los, mas as dificuldades escolares e a falta de apoio dos professores podem atrapalhá-los.

O objetivo do trabalho de Santos *et al.* (2015) foi apresentar e discutir os fatores que constituem os principais apoios para o ingresso na Educa-

ção Superior, na ótica dos próprios estudantes com necessidades educacionais especiais. A pesquisa teve caráter qualitativo, centrada no paradigma da investigação interpretativa, os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada. Os resultados mostraram a importância de vários suportes, principalmente o da família. A forma como a universidade se organiza na fase de ingresso também foi considerada satisfatória, porém foram apontados aspectos pontuais a serem modificados.

Os dois artigos citados anteriormente mencionam os fatores diferenciais que contribuem ou dificultam o ingresso da pessoa com deficiência na Educação Superior e em ambos foi possível notar a importância de vários suportes, principalmente o da família.

Freitas e Silva (2015) apresentaram como objetivo analisar de que forma a inclusão é proposta e implementada pela Universidade Federal de Uberlândia. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental utilizando como fonte de dados, os documentos oficiais nacionais e da instituição. Como resultado, foi possível constatar que a inclusão, sob os efeitos do processo histórico, torna-se um imperativo do Estado, visando minimizar as práticas de exclusão, que ocorre por diferentes razões, tais como gênero, deficiência, etnia e condições econômicas.

No estudo de Pereira *et al.* (2016), o objetivo foi analisar a produção científica acerca da inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior. A metodologia adotada foi uma revisão sistemática da literatura na base de dados CAPES, entre o período de 2003 e 2013. De modo geral, os resultados orientaram a elaboração de práticas inclusivas que possam fortalecer os serviços disponibilizados aos estudantes universitários com deficiência.

De acordo com os descritores utilizados e o período pesquisado cabe esclarecer que os artigos encontrados tratavam do acesso à Educação Superior brasileira e não foi localizado nenhum trabalho com a temática aqui proposta, ou seja, acesso à Educação Superior brasileira e as ações afirmativas. Com isso, salienta-se a relevância do presente estudo, por meio do qual é possível verificar os avanços refletidos nas estatísticas em relação ao crescimento do número de matrículas de pessoas com deficiência na Educação Superior e identificar como se dá o ingresso desse público nessa etapa de ensino.

Considerações finais

Este trabalho que teve por objetivo apresentar o panorama das pesquisas nacionais sobre o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior e as ações afirmativas identificou nas produções levantadas a relevância do Programa Incluir e das ações dos núcleos de acessibilidade quanto acesso e permanência do aluno com deficiência na Educação Super-

rior. O mapeamento de matrículas na educação superior, identificado em três estudos, trouxe elementos importantes para a análise sobre o acesso deste público nesta etapa de ensino, bem como a importância da família como suporte para ingresso e permanência na Educação Superior.

O presente trabalho que teve como tema principal o acesso das pessoas com deficiência à Educação Superior e as ações afirmativas evidenciou uma brecha na literatura da área, a escassez de estudos envolvendo ações afirmativas e esta etapa de ensino.

Apesar de haver legislação que assegure cotas para ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior em contexto estadual desde 2003, como é o caso do estado do Rio de Janeiro com a Lei nº 4.151/2003, e mais recentemente no contexto nacional, com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, as produções levantadas nesta revisão não relacionam o acesso ao ensino superior à reserva de vagas e políticas de cotas evidenciando uma área de conhecimento ainda a ser explorada em pesquisas futuras.

Referências

BRASIL. **Aviso Circular nº 277 MEC/GM, de 08 de maio de 1996.**

BRASIL. **Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior.** SECADI/SESu-2013.

BRASIL. **Lei nº 12711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília – DF. 2008.

BRASIL. MEC. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** 2013.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, Curitiba, número especial 3, dez. 2017.

CASTRO, B. G. da S. M. M.; AMARAL, S. C. de S.; SILVA G. do R.. A política de cotas para pessoas com deficiência nas universidades estaduais do Rio de Janeiro: a legislação em questão. **O Social em Questão**, Ano XX - nº 37, p. 55 – 70, jan./abr, 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_3_Castro_Amaral_Silva.pdf

- CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], Marília, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300008>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- DUARTE, E. R. *et al.* Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 2, 2013.
- FREITAS, M. G. de; SILVA, L. C. da. O tratamento que a inclusão educacional do público da educação especial recebe nos Planos Institucionais de Desenvolvimento e Expansão (PIDEs) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 513-524, 2018. DOI: 10.5902/1984686X24768. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24768>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- LOURENÇO, G. F.; BATTISTELLA, J. Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 22, n. spe, p. 25-32, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018039>. Epub Jan 2018. ISSN 2175-3539. Acessado em: 31 ago. 2022.
- MACIEL, C. E.; ANACHE, A. A. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras 1 1 Trabalho apresentado no XXIII Seminário Nacional da Rede Universitas/BR – políticas de educação superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão – Eixo 5 – Acesso e permanência na expansão da educação superior, realizado no período de 20 a 23 de março de 2015, Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 798-814. **Educar em Revista** [online], n. spe.3, p. 71-86, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.52924>
- MANENTE, M. V.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], v. 13, n. 1, p. 27-42, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000100003>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- MARTINS, D. A., LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2015, v. 23, n. 89, pp. 984-1014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000400008> Acesso em: 31 ago. 2022.

MELO, F. R. L. V. DE; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional** [online], v. 22, n. spe, p. 57-66, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018046>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** [online], n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PEREIRA, R. R.; DA COSTA SILVA, S. S.; FACIOLA, R. A.; PONTES, F. A. R.; HOLANDA RAMOS, M. F. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 147-160, 2016. DOI: 10.5902/1984686X19898. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19898>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online], v. 16, n. 1, p. 127-136, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000100010>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ACESSIBILIDADE EM SITES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Ana Paula Aoki Gandur Khaled
Rosimeire Maria Orlando



O uso da internet cresceu consideravelmente, tornando-a um importante meio de comunicação e propagação de informação. Entre 2008 e 2017 o percentual de usuários de internet cresceu de 34% para 67% na população brasileira, aumentando também o acesso a atividades relacionadas à educação digital (CETIC.br, 2020). Proporcionalmente ao seu uso, a variedade de recursos *on-line* também se multiplicou, tais como: sítios de informação, notícias, lazer, compras, educação, informações governamentais, meio de interação, serviços (Oliveira, 2009).

Com o crescimento do alcance da internet, o mundo digital torna-se mais um espaço importante para garantir a inclusão de pessoas com deficiência. Finquelievich e Finquelievich (2007, p. 96) destacam o impacto do acesso à rede na promoção de educação e trabalho na vida de pessoas com deficiência, visto que nos dias de hoje, a internet é um poderoso instrumento na superação de barreiras físicas e culturais e de acesso à educação e ao trabalho, para essas pessoas. “As redes proporcionam-lhes informações sobre lugares onde se pode adquirir educação e formação para o trabalho”.

Partindo da relevância da rede na propagação de informações sobre educação e da influência da acessibilidade digital para a autonomia de pessoas com deficiência para esse acesso, foi levantado o seguinte tema para o presente trabalho: acessibilidade em *sites* de Universidades Federais brasileiras.

Com objetivo de mapear estudos na área, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que abordassem o mesmo tema. Dessa forma, a pesquisa foi definida por buscas avançadas feitas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, utilizando combinações de descritores relacionados à acessibilidade em sites de universidades federais brasileiras e sem delimitação de título, autor, assunto, recursos e ano de publicação.

Os descritores utilizados para as buscas na BDTD e *SciELO* foram:

- A. Acessibilidade E *Site*;
- B. *Site* E Universidade Federal;
- C. Acessibilidade E Universidade Federal;
- D. Educação Especial E *Site*.

A partir das buscas realizadas em cada banco de dados foram estabelecidos os seguintes critérios para fazer a seleção dos textos:

- a) Inclusão: no título conter as palavras acessibilidade, *site*, *website* e/ou universidade federal e no resumo conter explicitamente o assunto de acessibilidade em *site* de universidade federal brasileira;
- b) Exclusão: estudos não relacionados à acessibilidade em *site* de universidade federal brasileira; não relacionados à página principal do *site* da universidade federal brasileira.

Diante das buscas feitas no banco de dados BDTD foram encontrados, a partir da leitura dos títulos, 1 estudo com os descritores Acessibilidade E *Site*, 7 estudos em *Site* E Universidade Federal, 4 estudos em Acessibilidade E Universidade Federal e zero estudo com o cruzamento dos termos Educação Especial E *Site*, totalizando 12 dissertações. Após a leitura dos resumos das 12 dissertações, foi considerado que nenhum dos estudos obedeceu aos critérios de inclusão.

Em relação às buscas feitas na biblioteca eletrônica SciELO, não foi encontrado nenhum estudo que abordasse o tema de acessibilidade em *sites* de Universidades Federais brasileiras.

Com o resultado de zero estudo encontrado sobre o tema “acessibilidade em *sites* de Universidades Federais brasileiras” se levantou a seguinte questão: “Existem recursos acessíveis em *sites* de universidades federais brasileiras?”.

Visando responder essa questão, o presente trabalho teve como objetivo geral investigar a presença de recursos acessíveis em *sites* de Universidades Federais brasileiras, no período de 2017, pontuando os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar a compatibilidade dos *sites* de Universidades Federais brasileiras com os critérios de acessibilidade previstos;
- b) Identificar quais *sites* de Universidades Federais brasileiras apresentam itens de acessibilidade e/ou educação especial;
- c) Pontuar e analisar quais itens/critérios acessíveis os *sites* de Universidades Federais brasileiras apresentam.

Metodologia

Foram escolhidos cinco *sites* de universidades federais brasileiras para ser analisada a acessibilidade em suas *Home Pages*, a partir de uma tabela de verificação. Com os resultados obtidos das análises, foi construído um gráfico que mostra a acessibilidade dos *sites* em geral.

Este estudo tem como referência metodológica a abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Pesquisas deste tipo visam “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (Gil, 2008, p. 41).

Esta pesquisa contou como participantes cinco *sites* de Universidades Federais brasileiras. A seleção das universidades tomou como critério o *ranking* de Universidades da América Latina, realizado pelo *Times Higher Education: World University Rankings* (2017). A identificação de cada universidade não será considerada, devido ao resultado ser baseado apenas no paradigma geral de acessibilidade em *sites* de Universidades Federais brasileiras, portanto, as universidades serão identificadas por U1, U2, U3, U4 e U5.

Como instrumento da pesquisa, foi utilizada uma tabela de verificação de acessibilidade a ser tomada como base para a análise nos *sites* de Universidades Federais brasileiras.

O procedimento de coleta dos dados da pesquisa foi organizado em quatro etapas, a saber: 1) elaboração da tabela de verificação; 2) análise dos itens propostos pela tabela de verificação nos *sites*; 3) registro na

tabela de verificação; 4) construção do gráfico com a pontuação de acessibilidade de todos os *sites*.

Elaboração da tabela de verificação

A tabela de verificação foi elaborada a partir de uma adaptação da tabela criada no estudo de Feliciano (2010). De acordo com Feliciano (2010), a tabela de verificação tomou como referência as diretrizes propostas no WCAG 2.0 (*Web Content Accessibility Guidelines*), características do eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) e através do conhecimento obtido em construções de *Home Pages* antigas.

A tabela utilizada na coleta de dados é composta por dez itens de A-J e ao lado direito de cada item, um quadro de pontuação que será marcado de acordo com a presença dos itens de acessibilidades analisados no *site*.

A seguir foram descritos todos os aspectos observados na tabela de forma a orientar o que cada item requisita encontrar nas análises dos *sites*:

A) Imagem e vídeo com correspondente textual claro e compacto

Toda imagem ou vídeo apresentado no *site* deverá ter correspondentes textuais claros e compactos com descrições concisas, pois, caso o contrário, haverá maior probabilidade de distorção na compreensão do texto como um todo, quando feita a leitura por um leitor de tela (Feliciano, 2010).

Para julgar a presença de correspondentes textuais às imagens e vídeos nos sites foi cancelada a exibição das imagens pelo navegador para que, no local das imagens, os portais exibissem o texto correspondente (Oliveira, 2009).

B) Ajuste harmônico a variação de tela

Conforme Feliciano (2010), a evolução da tecnologia permitiu o acesso à *Internet* por diferentes dispositivos, que dentre diversas características, se diferenciam em seu tamanho de tela. O ajuste harmônico à variação de tela considera a possibilidade de aumento de até 200% da página sem que provoque problemas de utilização como: extensão demasiada das palavras de maneira que fiquem truncadas; a sobreposição do texto a outro conteúdo; ou a dificuldade de leitura, quando o redimensionamento posiciona uma palavra por linha, deixando a frase em uma coluna vertical (WCAG 2.0, 2008).

C) Controle sobre alterações temporais

Feliciano (2010, p. 54), em seu estudo, descreve sobre o controle de alterações temporais:

Existem páginas que trocam *flashes* de notícias em um período de tempo determinado, normalmente 10 segundos. Esse tempo

é mais que suficiente para que as pessoas possam ler o que está presente no *flash* e clicar com o *mouse* no *link*, caso deseje ler a notícia por completo. No entanto, pessoas deficientes e até idosos podem necessitar de mais tempo do que o oferecido. A solução para esse tipo de problema é permitir que o usuário possa ter controle sobre a variação temporal do sítio. Assim, cada um poderia trabalhar no tempo permitido pelo próprio corpo.

D) MENU e SUBMENU visíveis via teclado

Algumas páginas principais *Web* apresentam apenas o nome do MENU visível e os itens do SUBMENU só são apresentados quando o *mouse* está sobre o nome “menu”. Esse aspecto pode ser considerado positivo, frente à evolução tecnológica, pois diminui o espaço visual da tela. Porém, para usuários que utilizam leitores de tela, a identificação do SUBMENU torna-se um grande problema de acessibilidade. Portanto, é importante a garantia do acesso ao MENU via teclado e a visibilidade dos itens do SUBMENU, quando o MENU obtiver o foco, para que o leitor de tela identifique sua existência (Feliciano, 2010).

E) Navegar exclusivamente pelo teclado

A finalidade da navegação exclusivamente pelo teclado é garantir a operação do conteúdo por pessoas cegas, bem como por pessoas com deficiência física, que têm de utilizar teclados alternativos ou dispositivos de entrada que funcionam como emuladores de teclado (WCAG 2.0, 2008). Dessa forma, não será necessária a coordenação que o manuseio do *mouse* exige, tornando o teclado uma alternativa mais fácil.

F) Acessibilidade para vários dispositivos

Segundo Feliciano (2010), com o crescimento da *internet*, o computador passou a não ser o único instrumento de acesso à rede, além dele surgiram outros dispositivos como o celular, *notebook*, *tablets* entre outros. Os *sites* devem apresentar disponibilidades por esses diferentes dispositivos, para garantir a acessibilidade a todos os usuários. Para a coleta de dados levou em consideração a acessibilidade para os dispositivos celular, *notebook* e *tablet*.

G) Uso da tecla TAB de forma sequencial e ordenada

Através da tecla TAB, os usuários podem navegar entre os *links* apresentados na página digital. Para que essa navegação não se torne confusa aos usuários cegos, é recomendado que o arranjo dos *links* seja feito de forma sequencial, da esquerda para direita e de cima para baixo (Feliciano, 2010).

H) Variação no tamanho da fonte

A variação do tamanho da fonte indica a possibilidade de aumentar ou diminuir o tamanho da letra apresentada na página digital, de acordo com a necessidade do usuário, para que haja maior facilidade de acesso.

I) Alternativa para o *layout* de cor do sítio

De acordo com o eMAG (2014), a página digital deve apresentar a opção de contraste entre plano de fundo e os elementos do primeiro plano, de forma que a relação desses seja de, no mínimo 7:1 (contraste otimizado). Desta forma, o contraste da página principal do *site* deve obedecer a seguinte configuração de cores:

Cor de fundo: independentemente da cor utilizada, ela deve ser alterada para preto;

Cor de texto: independentemente da cor utilizada, ela deve ser alterada para branco;

Links: o *link* deve ser alterado para amarelo;

Ícones: todos os ícones devem ser brancos;

Linhas e contornos: as linhas e os contornos dos elementos devem ser alterados para branco.

J) Não utilizar links que abrem em outra página

O uso de *links* que abrem novas janelas sem causar alterações na janela principal pode ser negativo para usuários com deficiência visual, quando estes não percebem que uma nova janela foi aberta. Os leitores de tela não trabalham dessa forma, portanto, este aspecto acaba por não disponibilizar o acesso às informações da nova página aberta ao usuário (Feliciano, 2010).

Análise dos itens propostos pela tabela de verificação

A etapa da análise dos itens propostos pela tabela de verificação ocorreu por meio da análise manual de cada *site* participante. A verificação manual é capaz de abordar detalhes que poderiam não ser visíveis a um validador automático. Embora seja recomendado o uso de uma *checklist*, a verificação manual é totalmente personalizada e garante a flexibilidade necessária para o dinamismo da *Web* (Feliciano, 2010).

Portanto, com a intenção de obter resultados mais precisos, utilizou-se da tabela de verificação como *checklist* para realizar a análise manual de cada item nos *sites*. Dessa forma, buscou-se verificar, através do manuseio de cada *site*, a presença dos itens requisitados na tabela. Não foi utilizado nenhum recurso de tecnologia assistiva.

Registro na tabela de verificação

A terceira etapa da coleta de dados se deu pelo preenchimento da tabela de verificação estruturada para analisar a presença dos itens de acessibilidade. Após a análise individual dos cinco *sites* participantes, foram registradas na tabela notas referentes ao nível de requisição de cada item. Dessa forma, foram estabelecidas três notas na tabela:

- 0 – Quando há quase ou total ausência do item requisitado;
- 0,5 – Quando o item requisitado está parcialmente presente no *site*;
- 1 – Quando o *site* satisfaz a requisição do item.

Construção do gráfico com a pontuação de acessibilidade de todos os *sites*

Por fim, após a análise e o registro das notas, foi construído um gráfico que mostra a acessibilidade dos *sites* em geral e a relação entre eles. Para a construção do gráfico utilizou-se da nota geral obtida por cada *site*. O cálculo da nota dos *sites* ocorreu da seguinte forma:

Nota = pontuaçãoA + pontuaçãoB + pontuaçãoC + pontuaçãoD + pontuaçãoE;
A nota pode variar de 0 a 10 dependendo do nível de acessibilidade do *site*.

Procedimento de análise de dados

De acordo com Minayo (1993, p. 247), “a relação entre quantitativo e qualitativo [...] não pode ser pensada como oposição contraditória [...] é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais.” Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.” Portanto, após a coleta e registro dos dados, eles foram analisados conforme os objetivos previstos no estudo, de forma quanti (dados obtidos através da tabela de verificação e gráfico) e qualitativamente (discussão da presença de cada critério nos participantes).

Para o procedimento de análise, os dados foram organizados de acordo com os itens da tabela de verificação e, para cada item, foi discutida a investigação obtida em cada participante.

Resultados e discussões

A partir do preenchimento da tabela de verificação, foi possível pontuar quais itens de acessibilidade cada *site* de Universidade Federal apresentou. A seguir a tabela de verificação preenchida:

Tabela 1 - Tabela de Verificação preenchida

TABELA DE VERIFICAÇÃO															
Itens de verificação	UU1			UU2			UU3			UU4			UU5		
	11	00.5	00	11	00.5	00	11	00.5	00	11	00.5	00	11	00.5	00
A) Imagem e vídeo com correspondente textual claro e compacto			XX			XX			XX			XX			XX
B) Ajuste harmônico a variação de tela	XX			XX			XX			XX			XX		
C) Controle sobre alterações temporais	XX			XX			XX			XX			XX		
D) MENU e SUBMENU visível via teclado		XX			XX			XX			XX			XX	
E) Navegar exclusivamente pelo teclado		XX			XX			XX			XX			XX	
F) Acessibilidade para vários dispositivos	XX				XX		XX			XX			XX		
G) Uso da tecla TAB de forma sequencial e ordenada	XX				XX			XX			XX			XX	
H) Variação no tamanho da fonte	XX					XX			XX			XX			XX
I) Alternativa para layout de cor do sítio		XX				XX	XX			XX					XX
J) Não utilizar links que abrem em outra página		XX			XX		XX				XX		XX		

Fonte: elaboração própria.

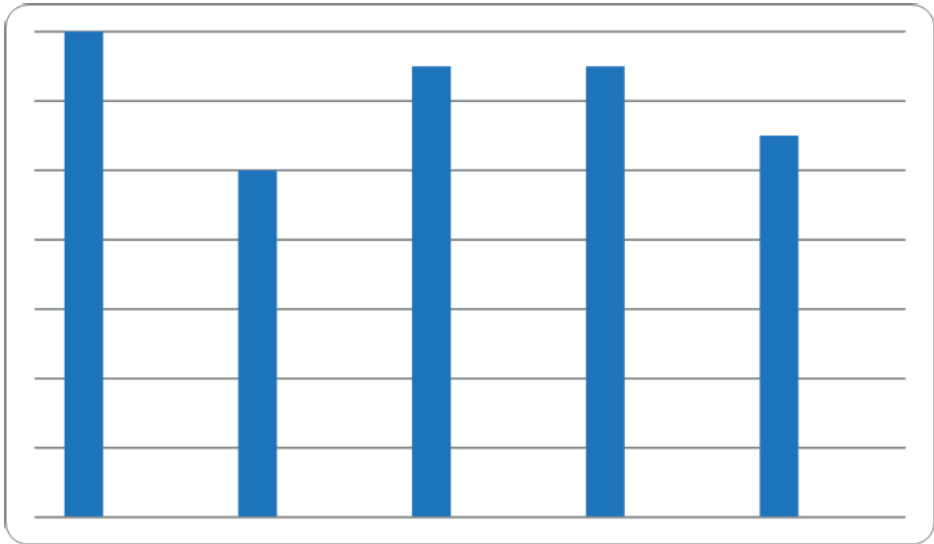
Para a apresentação dos resultados foi discutido cada item da tabela de verificação a partir de imagens da página principal de cada *site* participante. Nas imagens foram evidenciados – com retângulos vermelhos – os itens analisados, para melhor visualização da apresentação dos mesmos pelo *site*. Dessa forma foi possível verificar a compatibilidade dos *sites* de Universidades Federais brasileiras com os critérios de acessibilidade previstos.

Não utilizar *links* que abrem em outra página

Os participantes U3 e U5 não utilizam *links* que abrem em outra página. Já as páginas do U1, U2 e U4 dispõem de *links* que abrem em outra guia no navegador, mas em sua maioria, os *links* são abertos na mesma página.

Após verificar a presença dos itens de acessibilidade em cada participante, foi construído um gráfico ilustrando a relação entre os participantes quanto aos critérios de acessibilidade atingidos. O gráfico foi elaborado a partir da soma dos pontos obtidos por cada participante, conforme o aparecimento dos itens em suas páginas digitais.

Gráfico 1 - Pontos de acessibilidade obtidos por cada participante



Fonte: elaboração própria.

Todos os cinco sites de Universidades Federais brasileiras analisados apresentaram, ao menos, algum item de acessibilidade e/ou educação especial em sua página principal e conforme exposto no gráfico, alguns participantes atenderam mais critérios que outros. O participante U1 foi o que melhor atendeu aos itens de acessibilidade requisitados conforme a tabela de verificação, obtendo a pontuação final igual a 7. Em seguida, os participantes U3 e U4 apresentaram a mesma pontuação igual a 6,5. Depois o participante U5 com a pontuação igual a 5,5 e, por último, o participante considerado menos acessível, conforme os critérios analisados pela tabela de verificação, foi o U2, que totalizou 5 pontos.

Tendo em vista que o participante considerado mais acessível obteve a pontuação igual a 7 de 10 pontos no total, as páginas *Web* de universidades federais brasileiras ainda carecem de muitos ajustes, correspondentes às diretrizes de acessibilidade discutidas neste estudo, para que promovam o acesso entre a diversidade de usuários e proporcionem, a pessoas com deficiência, maior autonomia para navegar nos *sites*.

A UNESCO (2007, p. 20) instiga uma interessante discussão sobre a relevância da acessibilidade digital no acesso à *Web* por pessoas com deficiência, ao trazer a definição de sociedade inclusiva:

Sociedade inclusiva é aquela que se adapta e se transforma para que as necessidades e diferenças de cada um sejam respeitadas e consideradas, permitindo a igualdade de oportunidades. É

principalmente a sociedade que deve evitar a exclusão. Uma sociedade inclusiva é aquela que é capaz de contemplar toda a diversidade humana e encontrar meios para que qualquer um, privilegiado ou vulnerável, possa ter acesso a ela, preparar-se para assumir papéis e contribuir para o bem comum.

Aplicando-se essa ideia ao debate do acesso à informação e comunicação por todos, cabe à sociedade cumprir com o papel de evitar barreiras que limitem a participação de pessoas com deficiência, permitindo o uso de novas tecnologias que contemple as necessidades exigidas por diferentes usuários.

Para isso, as tecnologias deveriam obedecer aos itens da tabela de verificação, que foram analisados e discutidos anteriormente, para permitir a utilização da diversidade de aplicações que o campo da *Web* oferece e, então, reduzir os limites sofridos pelas pessoas com deficiência (Chalegre, 2011).

De acordo com Oliveira (2009, p. 107):

A tendência atualmente é de que as tecnologias de informação se propaguem pela sociedade, se tornando um importante canal de comunicação e interação do usuário com as mais diversas áreas (educação, saúde, segurança) e assim promovam benefícios em diversos níveis. O acesso dos cidadãos a esta sociedade “digital” deve ser garantido, superando todos os obstáculos que excluem os cidadãos, principalmente os cidadãos com deficiência que hoje se sentem excluídos do acesso às informações contidas na *web*.

Considerações finais

Neste trabalho foram apresentadas questões relacionadas ao paradigma da inclusão social de pessoas com deficiência e acessibilidade, com foco especial à acessibilidade digital. Esta última é responsável por promover a inclusão digital e melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência.

Com base neste trabalho foi constatada a escassez de estudos relacionados à área de acessibilidade em sites de universidades federais brasileiras, revelando como esse tema é pouco discutido academicamente. Em consequência da escassez de pesquisas na área, a procura por estudos que embasassem este trabalho se deu de forma dificultosa. Ademais, considerou que a carência desses estudos também implica na desvalorização da prática de elaboração de *sites* de universidades federais brasileiras acessíveis ou a reestruturação dos mesmos para esse fim.

Apesar de o acesso ser direito de todos, foi possível constatar neste estudo que os *sites* se apresentam insuficientes para atender às diferentes necessidades e restrições dos usuários e, dessa forma, não permitem

o acesso a todos. O uso de tecnologias e a divulgação de informações em rede vêm se tornando um hábito cada vez mais comum entre as pessoas, visto que a tecnologia amplia sua funcionalidade de modo que proporcione maior qualidade de vida a elas. A tecnologia trouxe muitos benefícios aos usuários, dentre eles, maior facilidade no meio de comunicação e agilidade no acesso a informações. Portanto, é direito de todas as pessoas usufruírem desses benefícios igualmente e é por isso que a discussão sobre acessibilidade digital se torna tão relevante.

Para as pessoas com deficiência, o acesso aos mais diversos portais digitais possibilita o consumo, o comércio, a comunicação, a busca por informações entre outras ações, sem que seja necessário superar as diversas barreiras encontradas fora do conforto do próprio domicílio. Hoje em dia, muitas pessoas optam pelo uso da rede para realizar algumas tarefas e a acessibilidade na *Web* não tornaria a realização dessas atividades exclusividade da rede, mas, ao menos, daria às pessoas com deficiência o direito de escolha e o acesso dominado quando quisessem fazer uso dos portais digitais, assim como pessoas sem deficiência usualmente já o têm.

O tema acessibilidade em *sites* em universidades federais brasileiras, trabalhado em específico neste estudo, faz um recorte na acessibilidade digital de forma geral, apontando o acesso às informações voltadas à educação no ensino superior por pessoas com deficiência. Viabilizando, assim, a possibilidade de conhecimento e procura de dados sobre cursos de formação, programas culturais, palestras, noticiários, entre outros recursos proporcionados pelas universidades federais, através de seus portais digitais.

Neste trabalho, foi perceptível que os *sites* apresentam, em sua configuração, elementos de acessibilidade, contudo, são insuficientes para total autonomia e inclusão digital do público estudado. As aplicações no campo digital vêm crescendo bastante, entretanto, nota-se que a preocupação em tornar portais acessíveis às pessoas com deficiência é, na maioria das vezes, deixada em segundo plano. Tal observação é visto não apenas no ambiente *Web*, mas no paradigma social em geral. Esse caminha, mesmo que lentamente, para a inclusão do público-alvo da educação especial, de forma a tornar digno os direitos de acessibilidade.

Espera-se com este estudo a contribuição na elaboração ou na requalificação dos portais digitais, de modo a aprimorá-los quanto à acessibilidade. Portanto, o tema está em aberto para que novos trabalhos deem visibilidade ao assunto e a inclusão de forma geral.

Referências

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Brasil). *Pesquisa sobre o Uso das*

Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios. 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

CHALEGRE, V. C. Uma metodologia de teste de acessibilidade para usuários cegos em ambientes web. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro de Informática, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2011.

EMAG. Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FELICIANO, F. D. O. Investigação de um modelo de avaliação da acessibilidade de portais na web. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro de Informática, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FINQUELIEVICH, S.; FINQUELIEVICH, D. Inclusão socioprofissional pela internet: as pessoas com necessidades especiais. In: TUNES, E.; BARTHOLO, R. **Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência.** São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 93-110.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAZARD, D.; GALVÃO FILHO, T. A.; REZENDE, A. L. A. Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília: UNESCO, 2007. 73 p.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, jul./set. 1993.

OLIVEIRA, A. J. A. L. Investigação de uma metodologia de padrões de acessibilidade web (deficiência visual): caso governo do estado de Pernambuco. 2009. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro de Informática, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

TIMES HIGHER EDUCATION: Latin America University Rankings. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2017/latin-america-university-rankings#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats. Acesso em: 21 nov. 2017.

UNESCO. Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília, 2007. 73 p.

WCAG 2.0. Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web. Disponível em: <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/WCAG20-pt-br-20141024/#intro-layers-guidance>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 12-13, 43-44, 47-48, 51-52, 54, 56-57, 62-63, 65-66, 72-77, 79-87, 89-94.

Ações afirmativas 12, 32, 71-74, 79-80.

Aluno com deficiência 52, 68, 77, 79.

C

Covid-19 11, 15, 17, 21, 23-24.

D

Docentes com deficiência 11-12, 25, 31-36.

E

EaD 16, 19-20.

Educação Especial 11, 13, 17-19, 22-23, 51-58, 64-68, 72-74, 76, 78, 80-85, 91, 93.

Educação Superior 11-12, 23, 30, 37, 39-41, 43, 46-49, 51-52, 55-69, 71-81.

Ensino remoto 16-17, 23.

Escolarização 12, 16-21, 34, 40-41, 43, 71-72.

Estudante com deficiência 40-41.

F

Formação de professores 52, 58, 61-62.

P

Pandemia 11, 15-23.

U

Universidade(s) 12-13, 24, 28, 32-33, 36, 40-41, 47-57, 60-69, 72, 75-85, 89-94.

SOBRE OS AUTORES

ALESSANDRA DANIELE MESSALI PICHARILLO



Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Especial pela UFSCar. Atua com os seguintes temas: ensino de conteúdo de exatas para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA); e política e dimensões de

acessibilidade na Educação.

E-mail: alessandrapicharillo@estudante.ufscar.br

ALYNE CRISTINE DOMENE MARTINS DE LIMA



Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Psicopedagoga clínica e institucional pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP. Especialista em Educação Infantil e a Escola de 9 Anos - UFSCar, Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de

Ciências e Letras - UNESP/Araraquara. É professora de Educação Especial pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

E-mail: alyneslima@estudante.ufscar.br

ANA PAULA AOKI GANDUR KHALED



Graduada em Licenciatura em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e especializada em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual pela CBI of Miami. Atua com intervenção em Análise

do Comportamento Aplicada.

E-mail: ana@maoki.com.br

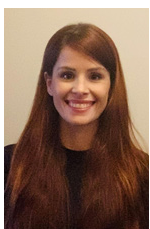
CAROLINE MESSIAS SANTANA



Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Instituição CBI of Miami. É professora de Educação Especial pela rede municipal de Campinas.

E-mail: caroline.santana@educa.campinas.sp.gov.br

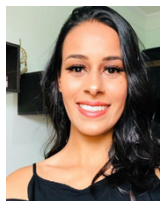
CLARISSA BENGTSO



Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professora no Curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial da UFSCar e no Curso de Especialização em Educação e Tecnologias - Edutec/UFSCar. Gestora EaD nos cursos de Segunda Licenciatura em Educação Especial - UFSCar e no Aperfeiçoamento em Alfabetização para Estudantes com Deficiência - UFSCar/Semesp-MEC. Pesquisadora no Projeto de Desenvolvimento Institucional - ProDin/UFSCar, intitulado Acessibilidade na UFSCar: construção de Recursos Educacionais Abertos. Doutora e Mestre pelo PPGE - UFSCar e membro do GTI-Acessibilidade-UFSCar.

E-mail: acessibilidade@ufscar.br

ELYDIA CARLA CRUZ



Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com especialização em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, Atrasos de Desenvolvimento Intelectual e Linguagem pelo LAHMIEI - UFSCar e em

Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana. Pós-Graduada em Gestão de Pessoas pela USP/Esalq (MBA). Experiência na área da Análise do Comportamento.

E-mail: elydiacruz12@gmail.com

JOSANA CARLA GOMES DA SILVA



Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar com mobilidade online pela Universidad Nacional del Noroeste de Buenos Aires - UNNOBA. Mestre em Educação Especial pela - UFSCar. Licenciada em Educação Especial pela - UFSCar

com período sanduíche na Universidad Nacional de Cuyo - UNCuyo. Licenciada em Letras pela Universidade de Franca - Unifran.

E-mail: mailto:josanacarla.silva@hotmail.com

JOSIVAN JOÃO MONTEIRO RAIOL



Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará - UEPa. Doutorando do programa de Pós-graduação em Educação Especial - UFSCar, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito à Educação - Educação Especial - NEPEDE - EEs - UFSCar/São Carlos e do

Núcleo de Estudos Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social (UEL). É professor de Educação Especial pela Secretaria Estadual de Educação do Pará - SEDUC.

E-mail: josivan.raiol@gmail.com

LUCAS DE MORAES NEGRI



Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Graduação em Letras - Português e Literatura pela Unopar, Licenciatura em Letras Libras pela faculdade Eficaz, Especialização em em Educação Especial com ênfase em Libras, tradutor e intérprete de Libras no Instituto Federal

do Paraná e coordenador do NAPNE - Londrina.

E-mail: lucasnegri88@gmail.com

LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA DA SILVA



Licenciando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Aluno de iniciação científica em Educação Especial pela UFSCar. Atua com foco na análise legislativa de escolarização da pessoa com deficiência.

E-mail: luizteixeira@estudante.ufscar.br

MARA CRISTINA LOPES SILVA ARAÚJO

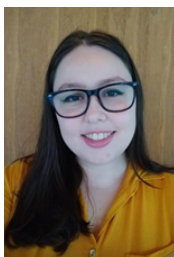


Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestra em Estudos Antrópicos da Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Licenciada em Pedagogia pela UFPA. É

docente da Faculdade Metropolitana e docente convidada da UFPA. Atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professor, Educação Especial e Libras.

E-mail: christy.ufpa@gmail.com

MILLENA SCHMIDT



Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Tem como foco de pesquisa o ingresso de pessoas com deficiência nas Instituições de Educação Superior brasileira. Atualmente trabalha como professora do Atendimento Educacional Especializado na rede estadual de Santa Catarina.

E-mail: millenasch@gmail.com

RICARDO FERRAZ



Cartunista e ilustrador, residente em Cachoeiro de Itapemirim - ES, teve poliomielite aos 5 anos de idade e logo

descobriu na arte do desenho seu passatempo. Com dedicação e amor à arte, foi o cartunista pioneiro ao abordar a realidade das pessoas com deficiência, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre as barreiras físicas e atitudinais enfrentadas numa época em que essas pessoas viviam na invisibilidade social devido ao preconceito e à ausência de uma cultura inclusiva. Sua arte foi porta-voz daqueles que foram excluídos e acredita na força da arte do cartum como instrumento de transformação. Seus desenhos ilustram livros didáticos, acadêmicos, palestras, entre tantos outros, e conquistaram visibilidade nacional e internacional, como na ONU, OIT e nas vinhetas animadas da Rede Globo. É autor dos livros "Visão e Revisão" e "Conceito e Pré-Conceito". Ricardo, que foi um xixote ao enfrentar ferozmente os preconceitos, com o humor do cartum desde 1981, hoje, com as conquistas do Movimento das Pessoas com Deficiência e com as quebras de paradigmas, diz: "Fiz a minha parte, mas hoje, com novo conceito de sociedade inclusiva, cada um deve fazer a sua parte e acreditar no debate permanente e nas ações de cidadania. Não falo mais de 'deficiência', mas de cidadania plena! Só a educação de qualidade produz cidadania!".

Site: <https://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/>

Instagram: @ricardoferraz65

E-mail: ricardoferraz33@gmail.com

ROSIMEIRE MARIA ORLANDO



Doutora pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito à Educação - Educação Especial - UFSCar/São Carlos e pesquisadora do Núcleo de Estudo Críticos e Pesquisas em Educação e Desigualdade Social -

UEL. Docente no curso de Licenciatura em Educação Especial e no Programa de Pós-graduação em Educação Especial - UFSCar. Atua principalmente nos seguintes temas: escolarização da pessoa com deficiência da educação básica à educação superior; direitos sociais das pessoas com deficiência.

E-mail: meire_orlando@ufscar.br

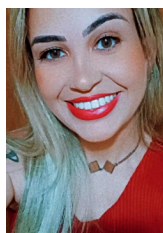
SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA



Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Especial - PPGEEs/UFSCar.

E-mail: sallycristina52@gmail.com

SAMARA CRISTINA FERREIRA DA COSTA



Mestranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Graduada em Licenciatura em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. É professora de Educação Especial pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

E-mail: samarafc_@hotmail.com

TALITA SILVA PERUSSI VASCONCELLOS



Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Doutoranda em Educação - Unesp. Possui licenciatura plena em Educação Especial em Pedagogia, Especialização em Alfabetização e

Letramento, Psicopedagogia e ABA. Tem experiência na área de Educação Escolar Básica, Formação continuada e Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professor, alfabetização e letramento, jogos, metodologia e acessibilidade ao currículo.

E-mail: tallita.perussi@gmail.com

TIARLES MIRLEI PIAIA

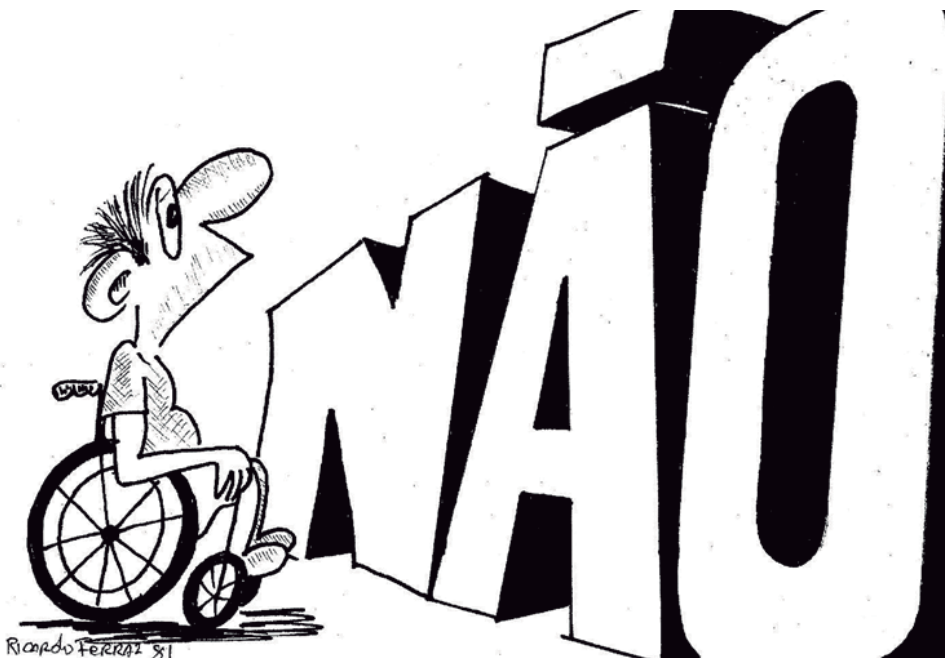


Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestra em Educação. Licenciada em Pedagogia e Educação Física. Docente de Educação Especial no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Integrante do Núcleo

de Estudos e Pesquisa em Direito a Educação - Educação Especial - NEPEDE-EEs/UFSCAR e Grupo Interdisciplinar em Tecnologia Assistiva e Inclusão - GITAI/UFSC.

E-mail: tiarles.piaia@ufsc.br

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Essa busca por igualdade sem distinção de qualquer natureza gerou a formulação de inúmeros mecanismos legais direcionados à garantia de direitos às pessoas com deficiência. Um dos mais recentes é a Lei 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura e promove, “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Art. 1º).



E para a educação superior a presente Lei institui, em seu Art. 28, inciso XIII, que o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica” se dará “em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”. Nesse sentido, portanto, de contribuir para ações que levem adiante o que está prescrito em nossa Constituição, é que este livro foi idealizado. E sua concretização não seria possível sem o apoio do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs-UFSCar) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Rosimeire Maria Orlando e
Clarissa Galvão Bengtson (orgs.)

